



**RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS  
2013**

## Índice

Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores de Actividade.....	4
Evolução dos principais indicadores 2011-2013.....	5
Factos relevantes em 2013.....	6
Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar .....	7
Economia Internacional .....	7
Economia Nacional.....	10
Mercados Financeiros .....	14
Governo Societário .....	17
Principais Accionistas .....	17
Principais Órgãos de Governo e Competências .....	17
Composição dos Órgãos de Governo .....	18
Organigrama / Estrutura Funcional.....	19
Recursos Humanos, Canais de Distribuição e Outros Meios .....	20
Recursos Humanos.....	20
Formação .....	21
Canais de Distribuição .....	22
Marca Finibanco.....	23
Gestão dos Riscos .....	24
Principais Tipos de Risco .....	24
Organização Interna.....	24
Avaliação de Riscos .....	25
Evolução das Áreas de Negócio .....	26
Banca de Retalho .....	26
Centros de Empresas .....	28
Análise Financeira.....	30
Análise da evolução da estrutura do Balanço.....	30
Análise da evolução da Demonstração de Resultados.....	33
Solvabilidade .....	35
Proposta de Aplicação de Resultados.....	36
Demonstrações Financeiras .....	37
Notas às Demonstrações Financeiras .....	41
Relatório do Auditor Independente .....	87
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....	89
Anexos .....	91
Contactos Finibanco – Rede de Canais de Distribuição .....	91

**O presente Relatório e as Contas foram aprovadas, em Assembleia Geral ordinária, no dia 8 de Abril de 2014.**

## Mensagem do Presidente

### FINIBANCO

#### Com o futuro sempre presente

Encerradas as contas do Exercício de 2013, importa efectuar um balanço breve do caminho percorrido pelo Finibanco e, também, do trabalho produzido pelas suas equipas.

O Finibanco deu continuidade ao seu objectivo de afirmação no sistema financeiro angolano e assumiu-se como parceiro cada vez mais presente e activo no financiamento da economia e na disponibilização de produtos e serviços alinhados com as necessidades dos seus clientes, independentemente destes integrem os segmentos Institucionais, Empresas ou Particulares.

Os objectivos estratégicos foram alcançados e compreenderam a abertura de novas agências e o reforço da proximidade aos clientes e do contributo para o desenvolvimento da República de Angola.

Ao desafio do crescimento e de um maior dinamismo para a organização e a actividade financeira no seu todo, o Finibanco respondeu com a alteração da sua imagem, a adopção de uma nova assinatura – Mais próximos, mais presentes – e o reforço do compromisso assumido para com os seus clientes, colaboradores e accionistas: um forte alinhamento com a cultura e a realidade angolanas, o mesmo será dizer, com o país e o seu desenvolvimento.

Ao longo do Exercício de 2013, o Conselho de Administração acompanhou os trabalhos da Comissão Executiva e traçou orientações, visando o desenvolvimento do Finibanco, sendo oportuno sublinhar o excelente relacionamento entre os diversos órgãos sociais e os accionistas, o que muito contribui para os bons resultados alcançados.

Entendemos que os avanços já conseguidos e a qualidade dos quadros que integram esta Instituição, associados ao apoio sempre presente dos accionistas, constituem o garante do crescimento sustentado das nossas actividades. Temos, por isso, grande confiança no futuro e na nossa capacidade de empreender projectos maiores, mais ambiciosos e orientados ao acompanhamento do dinamismo económico angolano.

Os sucessos de 2013 resultaram, em larga medida, das competências técnicas e da cultura de trabalho que une os colaboradores do Finibanco, a que não foi alheio o trabalho desenvolvido na área da formação e da capacitação das equipas para níveis de desempenho ainda eficientes.

Nas páginas deste Relatório e Contas evidenciamos a importância que atribuímos a um crescimento sustentado, que nos permita continuar a remunerar o investimento, de forma estável e elevada, tendo em conta a busca do equilíbrio entre as necessidades regulamentares de manutenção dos fundos próprios e o crescimento e a consolidação do Finibanco no mercado angolano.

Às autoridades nacionais, em geral, e ao Banco Nacional de Angola, em especial, dirigimos uma palavra de reconhecimento pela cooperação institucional que têm vindo a garantir e que nos comprometem a tudo fazer para continuar a merecer a consideração com que nos distinguem.

António Tomás Correia  
Presidente do Conselho de Administração

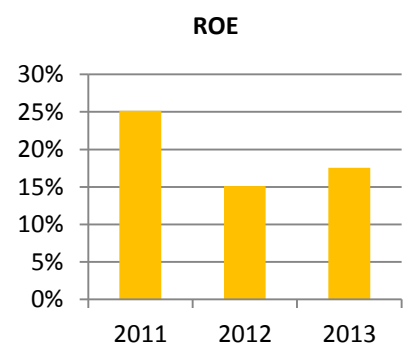
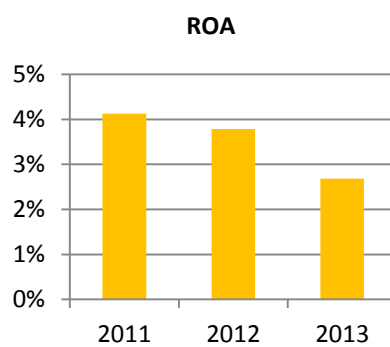
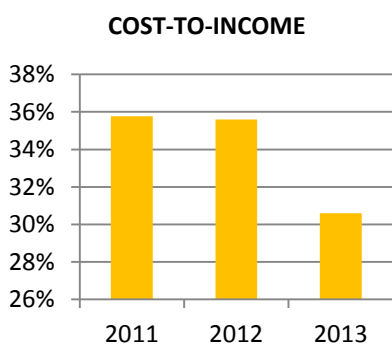
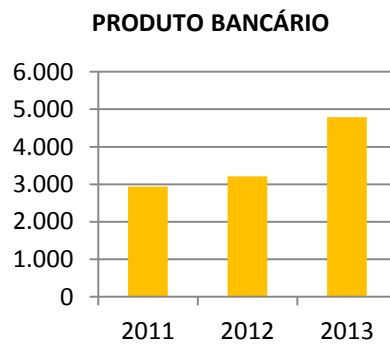
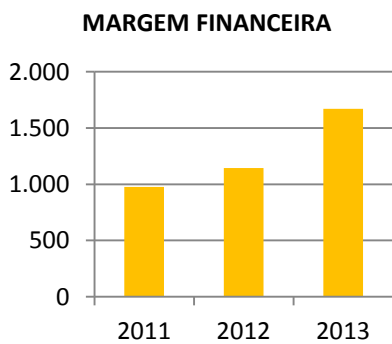
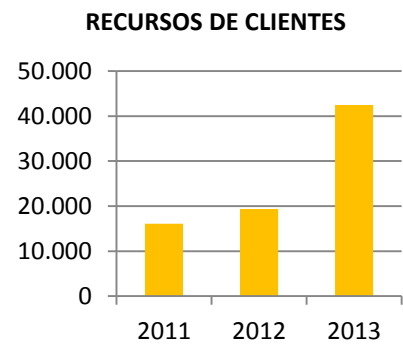
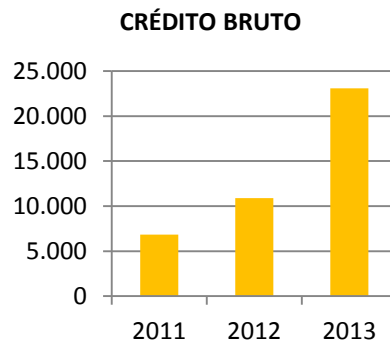
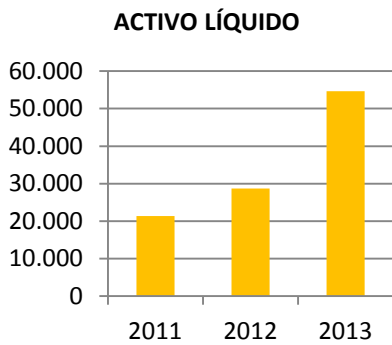


## Principais Indicadores de Actividade

	(Valores expressos em AOA)				
	31-dez-11	31-dez-12	31-dez-13	Varição 2012-2013	Varição %
<b>BALANÇO</b>					
Activo Líquido	21.311.624.158	28.698.462.608	54.602.892.525	25.904.429.918	90,26%
Crédito sobre Clientes	7.675.506.751	10.873.974.976	23.103.649.680	12.229.674.704	112,47%
Títulos e Valores Mobiliários	3.516.535.704	1.311.412.266	2.334.187.000	1.022.774.734	77,99%
Recursos Totais de Clientes	16.058.160.757	19.345.362.033	42.496.985.161	23.151.623.128	119,68%
Capitais Próprios	3.500.324.819	7.185.610.248	8.340.275.649	1.154.665.401	16,07%
Fundos Próprios Regulamentares	3.252.697.539	6.953.337.650	7.817.349.884	864.012.234	12,43%
<b>ACTIVIDADE</b>					
Margem Financeira	976.368.638	1.144.642.081	1.671.716.758	527.074.677	46,05%
Produto Bancário	2.933.436.000	3.213.841.899	4.789.849.372	1.576.007.473	49,04%
Reforço de Provisões	689.294.188	382.098.074	1.065.858.003	683.759.929	178,95%
Custos com o Pessoal	436.640.680	513.068.516	725.555.959	212.487.443	41,42%
Custos de Estrutura	1.049.328.546	1.143.828.579	1.465.113.967	321.285.388	28,09%
Cash-Flow Operacional	1.433.545.000	1.959.700.000	3.562.891.000	1.603.191.000	81,81%
Resultado Líquido	879.750.131	1.087.285.689	1.464.665.401	377.379.712	34,71%
<b>RENTABILIDADE</b>					
Retorno do Activo (ROA)	4,13%	3,79%	2,68%	-1,11	pp
Return on Equity (ROE)	25,13%	15,13%	17,56%	2,43	pp
<b>EFICIÊNCIA</b>					
Cost-to-Income	35,77%	35,59%	30,59%	-5,00	pp
Custos de Estrutura / Activo Líquido Médio	6,61%	4,62%	4,00%	-0,62	pp
Número de Funcionários / Número de Balcões e Centros de Empresa	11,90	11,45	11,20	-0,25	-2,22%
<b>ESTRUTURA</b>					
Número de Agências e Centros de Empresas	10	11	15	4	36,36%
Número de Colaboradores	119	126	168	42	33,33%
Número de Clientes	12.087	16.384	21.075	4.691	28,63%
Número de ATM's	14	15	25	10	66,67%
Número de Cartões Multicaixa	5.601	7.389	9.482	2.093	28,33%
Número de TPA's	103	190	351	161	84,74%
<b>LIQUIDEZ</b>					
Taxa de Conversão de Crédito em Depósitos	47,80%	56,21%	54,37%	-1,84	pp
Aplicações em MMI e BNA	7.461.976.678	12.715.342.527	20.029.287.064	7.313.944.537	57,52%
<b>SOLIDEZ</b>					
Crédito Vencido / Crédito Total	12,25%	12,27%	3,79%	-8,48	pp
Rácio de Solvabilidade	24,30%	43,49%	20,17%	-23,32	pp
Rácio de Imobilizado	38,50%	20,70%	64,32%	43,62	pp

## Evolução dos principais indicadores 2011-2013

(Valores em milhões de AOA)



## Factos relevantes em 2013

### Fevereiro 2013

Lançamento da nova imagem do Banco, com nova cor e novo logótipo (com tonalidade mais próxima do accionista de referência) e representando uma maior proximidade à realidade e aos costumes Africanos em geral e Angolanos em particular.

Também foi criado um novo modelo de Agência, sendo aberta no mesmo dia a Agência HCTA com nova imagem e novo *layout*.

### Março 2013

Realizou-se o primeiro módulo de formação interna para todos os quadros do Banco.

### Abril 2013

Assembleia Geral de Accionistas, com aprovação dos novos Órgãos Sociais para o mandato 2013-2015, definiu um novo modelo de Governação para o Banco com criação de 2 novos órgãos: Conselho Geral e Comissão de Remunerações, aprovando os novos estatutos da Sociedade.

### Junho 2013

Renovação da assinatura do Memorando de adesão ao Programa do Governo Angolano “ANGOLA INVESTE”.

### Julho 2013

Inauguração da Sede Regional da Província de Benguela com abertura da Agência e Centro de Empresas de Benguela.

### Setembro 2013

Abertura da Agência da Estalagem – Km 9 da Estrada de Catete.

### Outubro 2013

Realizou-se o segundo módulo de formação interna dedicado a todo o pessoal das Direcções Comerciais.

Realizou-se a primeira reunião do novo Órgão do Banco – Conselho Geral.

### Novembro 2013

Abertura da Agência na Avenida Comandante Valódia em Luanda.

### Dezembro 2013

Início da comercialização do novo cartão Multicaixa, com um novo *design*, seguindo as linhas fundamentais da nova imagem.

## Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar

### Economia Internacional

A conjuntura macroeconómica em 2013 caracterizou-se por um ligeiro abrandamento da economia mundial, que é já o terceiro ano consecutivo, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar uma expansão de apenas 3,0% (+3,2% em 2012). Esta desaceleração do crescimento dos dois últimos anos (+4,5% em 2010/2011) foi provocada pela desalavancagem do sector privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas, pelo impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro, pela incerteza em relação às negociações no Congresso americano para os limites ao endividamento do Estado e também pelo abrandamento do crescimento de algumas das principais economias emergentes em 2013. Algumas dessas economias emergentes (v.g. Índia, Brasil e Rússia) viram associar-se ao fraco desempenho económico, elevadas pressões inflacionistas, levando os respectivos bancos centrais a subirem as respectivas taxas de referência (Índia e Brasil) ou adiar a sua descida.

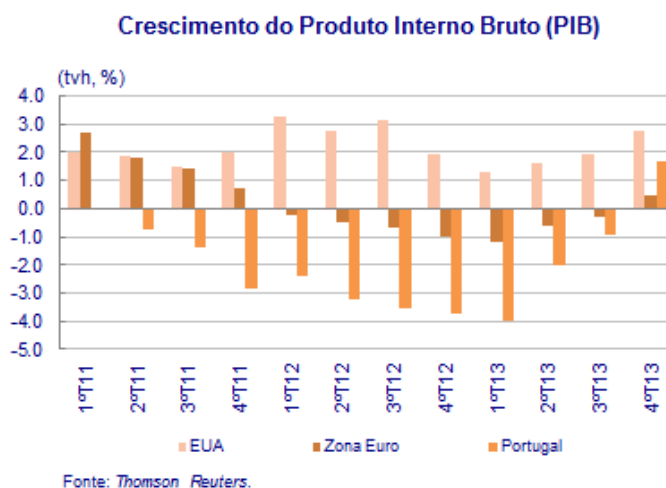
O FMI estima que, após vários anos de fracos crescimentos, as economias desenvolvidas devam finalmente ter atingido um ponto de viragem, contribuindo para a projectada aceleração no crescimento global de 3,0%, em 2013, para 3,6% em 2014 e 3,9% em 2015.

A maioria da aceleração – embora não do crescimento – deverá ser proveniente dos países desenvolvidos, na medida em que se dissipam os efeitos enunciados acima. O crescimento nos países desenvolvidos deverá passar de apenas 1,3% em 2013 para 2,2% em 2014 e 2,3% para 2015. Esta aceleração, marca uma mudança significativa dos anos entre a Grande Recessão e 2013, quando os países em desenvolvimento puxaram pela economia global. Além de fornecer uma base directa para o crescimento global, o fortalecimento da procura nos países desenvolvidos suportará as exportações dos países em desenvolvimento. Estes efeitos deverão ajudar a compensar o inevitável aperto das condições financeiras globais que irá surgir com a gradual normalização da política monetária nos países desenvolvidos.

#### Estados Unidos da América

O crescimento anual da maior economia do mundo foi de 1,9% em 2013, em abrandamento face a 2012 (+2,8%), mas, ainda assim, notável perante um aperto orçamental, baseado num aumento de impostos e no fim de alguns benefícios fiscais, e a partir do 2º trimestre também em cortes na despesa pública. Uma das razões para a maior resiliência da economia, num contexto internacional adverso, prende-se com o recrudescimento da actividade imobiliária, com a subida dos preços das casas a ser determinante para a recuperação da riqueza dos consumidores, apoiada também na valorização das acções; factores que, a par da redução do desemprego e do abrandamento da inflação, conduziram a confiança dos consumidores a atingir, entre o 2º e o 3º trimestre, níveis máximos desde finais de 2007. No início do Outono, a confiança foi condicionada pela incerteza relativamente à entrada do orçamento federal de 2013/14 e à possibilidade do país atingir o nível de endividamento máximo legal (as negociações entre Democratas e Republicanos acabaram por se alastrar até 16 de Outubro, pelo que, desde o início desse mês até essa data, parte dos serviços públicos federais estiveram encerrados).

Apesar da taxa de desemprego ter descido de 7,9%, no final de 2012, para 6,7% em Dezembro de 2013 (um mínimo desde Outubro de 2008), permaneceu acima dos 4,7% registados em Novembro de 2007, o último mês do anterior período de expansão da economia. É com o objectivo de melhorar as condições no mercado de trabalho que a Fed tem enveredado por uma política monetária extremamente acomodatória, com o estímulo à economia a começar a ser aliviado na reunião de Dezembro (e continuado já nas reuniões de Janeiro e Março de 2014), em função dos objectivos conseguidos com a redução da taxa de desemprego, não obstante o deflador do consumo privado continuar a crescer a um ritmo inferior ao actual objectivo da Fed.



## Zona Euro

A economia da região começou a recuperar a partir do 2º trimestre, mas não conseguiu evitar uma queda anual do PIB, que se fixou em -0,4%, em resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha, na sequência da crise da dívida soberana na região. A redução da procura interna observou-se sobretudo ao nível do investimento, em consequência das medidas de consolidação adoptadas e das fracas expectativas dos empresários. Embora a redução da actividade económica em 2013 tenha sido inferior à de 2012 (o PIB contraiu -0,7% em 2012), tratou-se da segunda queda anual consecutiva da actividade, depois de dois anos de algum crescimento (+1,6% em 2011 e +2,0% em 2010) o qual não tinha permitido recuperar totalmente da contracção sofrida aquando da recessão anterior (-4,4% em 2009). O PIB na Zona Euro terminou o ano de 2013 ainda 2,7% abaixo dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09, os quais não deverão ser ultrapassados antes de 2015.

Reflectindo as dificuldades económicas, a taxa de desemprego manteve-se sensivelmente inalterada em 2013, tendo subido de 11,8% em Dezembro de 2012 para 11,9% de Outubro a Dezembro 2013, sendo que de Fevereiro a Setembro de 2013 atingiu um máximo histórico de 12,0%.

Num contexto de contracção anual da actividade económica, a taxa de inflação homóloga registou uma descida ao longo do ano, passando de 2,2%, no final de 2012, para 0,8% em Dezembro de 2013. A inflação permaneceu ao longo de 2013 abaixo da barreira de 2,0% (nível objectivo de inflação do BCE), após se ter situado persistentemente acima desde Dezembro de 2010. Este comportamento da inflação justificou uma política monetária ainda mais acomodatória por parte do BCE, num contexto em que a economia continua a operar aquém do potencial e em que persistem riscos sobre a estabilidade financeira. Assim, o BCE cortou a taxa de juro de referência (a refi rate) num total de 0,5 p.p. (divididos entre maio e Novembro), para 0,25%, renovando mínimos históricos e, comprometendo-se em manter as taxas reduzidas durante um período prolongado de tempo. Ao nível das medidas de carácter não convencional, o BCE decidiu alargar de Julho de 2013 até, pelo menos, Julho de 2015 o prazo de fornecimento de liquidez ilimitada ao sistema bancário por via das suas operações principais de refinanciamento (OPR), bem como lançar operações de cedência extraordinária de liquidez (LTRO – Long Term Refinancing Operation) a 3 meses, a serem alocadas até ao final do 2º trimestre de 2015, e conduzidas sobre a forma de procedimentos de leilão a taxa fixa e com colocação total.

### Estimativas e Previsões Económicas para Portugal e para a Zona Euro

(unidade: %)

	2013						2014				2015			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	BdP	CE	Efe.	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
<b>PIB</b>	-1.4	-1.4	-1.6	-0.4	-0.4	-0.4	1.2	0.8	1.2	1.2	1.4	1.5	1.5	1.8
Consumo Privado	-1.7	-1.7	-1.8	-0.7	-0.6	-0.7	1.3	0.1	0.7	0.7	1.1	0.8	1.2	1.4
Consumo Público	-1.7	-1.7	-2.0	0.2	0.2	0.3	-0.9	-2.5	0.4	0.4	-0.5	-1.9	0.4	0.7
Investimento (FBCF)	-6.6	-6.6	-8.0	-3.0	-2.9	-3.0	1.8	1.2	2.1	2.3	4.4	3.7	2.7	3.6
Exportações	6.1	6.1	5.8	1.3	1.1	1.3	5.3	5.0	3.6	4.2	5.1	5.3	4.7	5.7
Importações	2.8	2.8	2.6	0.1	0.0	0.2	5.4	3.0	3.5	4.1	4.7	3.8	4.7	5.9
<b>Inflação</b>	<b>0.4</b>	<b>0.4</b>	<b>0.4</b>	<b>1.3</b>	<b>1.4</b>	<b>1.3</b>	<b>0.5</b>	<b>0.8</b>	<b>1.0</b>	<b>1.0</b>	<b>1.0</b>	<b>1.2</b>	<b>1.3</b>	<b>1.3</b>
<b>Taxa de Desemprego</b>	<b>16.3</b>	<b>-</b>	<b>16.5</b>	<b>12.1</b>	<b>12.1</b>	<b>12.1</b>	<b>-</b>	<b>16.8</b>	<b>11.9</b>	<b>12.0</b>	<b>-</b>	<b>16.5</b>	<b>11.7</b>	<b>11.7</b>

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 26 de março de 2014; Comissão Europeia (CE), 25 de fevereiro de 2014 e Banco Central Europeu (BCE), 6 de março de 2014.

Notas: "Efe." corresponde aos dados efetivos já divulgados para 2013; a inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.



## Outras Economias

Apesar de apresentarem crescimentos superiores aos das economias desenvolvidas, as economias emergentes registaram também algum abrandamento do crescimento em 2013, mais pronunciado na Rússia e na África do Sul.

Na **China**, a economia cresceu menos em 2013 do se esperava no final de 2012, perante medidas do Governo para reformar a economia, a manutenção de uma procura externa fraca vinda das economias avançadas. Assim, o PIB cresceu 7,7%, o mesmo que em 2012, tratando-se do menor crescimento desde 1999. O desempenho da economia, associado à ausência de choques externos, permitiu à inflação manter-se relativamente baixa (+2,7%, depois de +2,6% em 2012).

A evolução da economia do **Brasil** continuou a desapontar, já que depois de em 2012 ter crescido apenas 1,0%, em 2013 expandiu somente 2,3%, pelo que de 2011 a 2013 a economia cresceu a um ritmo médio de 2,0%, bem abaixo dos 4,5% de 2004 a 2010 (que até incluem a contracção de 0,3% registada em 2009, na sequência da crise económica internacional).

Na **Índia**, a persistência da inflação em níveis elevados não deu margem ao banco central que ao longo do ano foi obrigado a inverter a política expansionista, enquanto a permanência do problema dos “défices gémeos”, da balança corrente e orçamental, condicionaram o lançamento de medidas correctivas das restrições na capacidade produtiva por parte do Governo. Assim, a economia acabou por crescer somente 4,6%, desacelerando face aos 4,8% de 2012 e evidenciando nestes dois últimos anos os menores ritmos de crescimento desde os 4,6% registados em 2001.

Na **Rússia**, a economia foi penalizada pela procura externa – perante a contracção da Zona Euro, o abrandamento da China, a evolução dos preços das commodities –, e, sobretudo, pelo investimento – muito condicionado pelos receios dos empresários em relação à evolução da economia e do regime político, que provocou elevadas saídas de capitais. Perante uma inflação que se manteve elevada, o banco central não interveio para estimular a economia. O PIB cresceu apenas 1,3%, menos de metade do ano anterior (+3,4 em 2012), o menor ritmo desde a “Crise do Rublo” de 1998, se se excluir a queda de 7,8% observada em 2009, no auge da recessão de 2008/09.

A **África do Sul**, depois de ter saído da recessão de 2009, cresceu 3,1% em 2010, reflectindo um conjunto de políticas governamentais e a recuperação da procura interna por via da realização do Mundial de Futebol. A economia voltou a acelerar em 2011 para 3,6%, porém regressando às desacelerações em 2012, para 2,5%, traduzindo o próprio abrandamento da economia global e a sua forte abertura ao exterior, tendo voltado a abrandar em 2013 para 1,9%.

**Cabo Verde** é uma pequena economia aberta, muito condicionada pela conjuntura externa, o que se explica pela elevada dependência face às importações de energia e de alimentos e face aos fluxos de capitais oriundos do estrangeiro. Neste sentido, a economia foi particularmente penalizada nos últimos anos, inicialmente pela crise financeira global (que provocou, em 2009, uma pontual queda de 1,3% da economia cabo-verdiana) e posteriormente (em menor grau) pela crise da dívida soberana da Europa e consequente double dip das economias dos principais parceiros do país (Portugal e Espanha representam mais de 50% das relações comerciais do arquipélago com o exterior). Ao longo de 2013, os indicadores de conjuntura foram sugerindo um contínuo abrandamento da dinâmica económica, também influenciado pela deterioração da confiança dos agentes económicos e do balanço do sistema bancário, com o FMI a prever em Outubro de 2013 um crescimento do PIB de 1,5% para 2013, em abrandamento face aos 2,5% estimados para 2012, depois de a economia já ter abrandado 1,5 p.p. no ano anterior. Para além do enquadramento económico internacional, apesar do bom comportamento evidenciado pelo sector do turismo, o abrandamento económico do país foi também provocado por uma contracção da procura interna. O FMI prevê uma forte aceleração do crescimento económico para 2014 (+4,4%), beneficiando da retoma em Portugal e Espanha, ainda assim, mantendo-se bem distante dos crescimentos acima dos 9,0% observados em 2006 e 2007. Em termos de evolução dos preços, a inflação média anual foi de 1,5% em 2013, situando-se 1,0 p.p. abaixo da observada em 2012 e representando o segundo abrandamento consecutivo (+4,5% em 2011).

### Crescimentos do Produto Interno Bruto

(unidade: %)	2011	2012	2013
EUA	1.8	2.8	1.9
BRICS			
Brasil	2.8	1.0	2.3
Rússia	4.3	3.4	1.3
Índia	7.7	4.8	4.6
China	9.3	7.7	7.7
África do Sul	3.6	2.5	1.9

Fonte: Thomson Reuters .

## Economia Nacional

Após a crise orçamental e da balança de pagamentos de 2009, **Angola** assinou um programa com o FMI com vista à correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. A instituição considera que o programa atingiu os seus principais objectivos. De acordo com o comunicado de imprensa do FMI relativamente à conclusão do segundo relatório da “Missão de Vigilância Pós-Programa para Angola” (divulgado em Janeiro de 2013), no ano de 2012, “Angola alcançou um crescimento económico robusto, uma forte posição orçamental, uma taxa de inflação de um dígito, uma nova acumulação de reservas internacionais e uma taxa de câmbio estável”, com as dívidas em atraso do Estado a fornecedores a serem corrigidas. Neste contexto, as autoridades avançaram com um programa de reformas institucionais, fortalecendo algumas áreas-chave na gestão orçamental, monetária e financeira, destacando-se a revisão do enquadramento regulamentar em conformidade com as normas internacionais (Basileia III), a redefinição orgânica do Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras (DSI) e a criação do Comité de Estabilidade Financeira (COMEF). Apesar do cenário favorável descrito pelo FMI, as agências de notação financeira *Fitch* (BB-), *S&P* (BB-) *Moody's* (Ba3) mantêm o *rating* soberano de Angola ainda em *speculative grade*.

Assim, depois de ter expandido 5,2% em 2012, o PIB deverá ter crescido em **2013** entre os 5,1% que o Governo e o Banco Mundial (BM) prevêem e os 5,6% e 6,8% para que apontam o FMI e a *Economist Intelligence Unit* (*EIU*), respectivamente. A previsão do Governo implica uma forte revisão em baixa face aos 7,1% que perspectivava em Dezembro de 2012, com o crescimento limitado por uma execução orçamental menos expansionista do que o previsto, pela produção de petróleo abaixo do esperado e pelo crescimento aquém do esperado de alguns importantes parceiros comerciais, como a China. O sector petrolífero terá crescido entre os 2,6% do Governo e os 3,7% do FMI (entre +4,3 e +4,8% em 2012), enquanto o sector não petrolífero terá continuado a crescer mais, entre 6,5% e +7,1% (+5,6% em 2012, segundo ambas as entidades), o que constitui uma notícia animadora para a necessária diversificação da estrutura produtiva. O Governo atribui o abrandamento do sector petrolífero à própria desaceleração da actividade económica global. Não obstante, a economia angolana deverá ter permanecido como um dos *top performers* de África, com um crescimento superior ao grupo que engloba todos os países da África Subsaariana (+5,0%, segundo o FMI), embora inferior ao do grupo dos países exportadores de petróleo (+6,1%).

Segundo a OPEP, a **produção média de petróleo** foi de 1,70 milhões de barris por dia (mb/d) em 2013, abaixo dos 1,78 mb/d que o Governo previa ainda no OE 2014, e dos 1,73 mb/d registados no ano anterior. O Governo prevê que a produção aumente nos próximos anos, atingindo um pico de 2,08 mb/d em 2016. A *EIU* é mais optimista, ao prever 2,16 mb/d em 2018. À ligeira diminuição da produção somou-se a queda de 2,8% do preço médio do barril de petróleo – depois de ter subido marginalmente em 2012 (+0,8%) e registado fortes aumentos nos dois anos precedentes –, o que poderá ter levado a uma diminuição das receitas com as exportações de *crude*. Segundo o FMI, as exportações reais (totais) terão crescido 2,7%, abrandando face a 2012 (+4,3%) e crescendo menos do que as importações, que até desaceleraram mais (+7,0% vs +15,7% em 2012). Assim, o excedente da balança corrente terá encolhido, de 9,2% para 7,1% do PIB, sendo que o FMI prevê que passe a um défice em 2016, em virtude dos maiores crescimentos das importações, o que traduz uma tendência ascendente da dependência da economia angolana face ao exterior.

Em **2014**, o PIB deverá acelerar, crescendo entre os 5,9% que prevê a *EIU* (neste caso a mais pessimista) e os 8,0% que avançam o Governo e o FMI (o BM estima +6,3%). O sector não-petrolífero deverá continuar a liderar o crescimento (+7,9% segundo o FMI vs +9,7% segundo o Governo), com o sector petrolífero a dever, ainda assim, acelerar (+4,2% pelo FMI vs +4,5% pelo Governo). O sector não petrolífero deverá ser impulsionado, segundo o Governo, pela aceleração da actividade económica mundial, pelo desenvolvimento territorial, pelo investimento estatal (visando a conclusão do processo de reconstrução e a resolução de lacunas ao nível das infra-estruturas) e pelo alargamento das despesas sociais do Estado. Do lado do sector petrolífero, o impulso deverá vir de alguma subida dos preços do petróleo e da aceleração das economias avançadas. A economia no seu todo deverá continuar, segundo o FMI, a crescer acima das economias subsaarianas, para as quais prevê um crescimento de 6,0%, embora ainda abaixo do grupo de países exportadores de petróleo (+7,7%).

As perspectivas de **médio-prazo** são de que o crescimento se mantenha firme, com o FMI a prever um crescimento médio anual de 5,8% entre 2015 e 2018 e o Governo a revelar-se mais optimista, apontando para crescimentos de 8,8% em 2015, 7,5% em 2016 e 4,3% em 2017. A economia encontra-se muito dependente do sector petrolífero – é actualmente responsável por cerca de 45% da produção, 90% das exportações e 75% das receitas orçamentais –, o qual deverá abrandar, ao aproximar-se do máximo da capacidade extractiva, em 2017/18 (o Governo prevê que o PIB do sector não-

petrolífero contraia 9,8% em 2017). Assim, nos próximos anos e, sobretudo, para lá de 2017/18, a economia estará dependente do comportamento do **sector não-petrolífero**, o qual por seu lado dependerá de vários factores: *i*) da dimensão do crescimento populacional – 3% durante os próximos anos, segundo o FMI, sendo que o Governo conduzirá um *censos* em 2014, que será o 1º desde 1970 –, e sobretudo de em que medida estará associado à qualificação do capital humano; *ii*) da aposta na construção de infra-estruturas (nomeadamente no acesso à energia e aos transportes), que dependerá do investimento público (que por seu lado depende das receitas orçamentais) e de fluxos de capital estrangeiro; *iii*) da continuação da criação de instituições, da promoção da equidade na distribuição do rendimento, da eliminação de burocracia e do combate à corrupção; *iv*) da manutenção da estabilidade macroeconómica, para a qual foram dados passos muito importantes depois da crise de 2008/09, associada à promoção do crédito; *v*) da reversão de determinadas medidas ineficientes, das quais são exemplo maior os subsídios aos preços dos combustíveis concedidos pelo Governo. Angola é o país da África Subsariana que mais concede subsídios aos combustíveis, os quais correspondem a cerca de 4% do PIB e a 9% das receitas do Estado (segundo as últimas estimativas do FMI, de Junho de 2013) – mais do triplo dos gastos em educação e saúde –, sendo que a sua reversão permitiria libertar fundos para a construção de infra-estruturas e aumento dos gastos sociais do Estado, para além de terminar com a distorção dos preços relativos no mercado. Sobre a evolução do **sector petrolífero** pairam nos próximos anos, desde logo, riscos relacionados com a evolução dos preços do petróleo. Por outro lado, existem riscos descendentes relacionados com a possibilidade de que a OPEP imponha quotas mais rigorosas para Angola e com a velocidade de execução dos projectos para aumentar a capacidade produtiva, bem como problemas técnicos que afectaram o país nos últimos anos, e, por outro lado, riscos ascendentes relacionados com a descoberta de mais petróleo ou de outras *commodities*.

Relativamente à evolução dos **preços**, têm sido feitos progressos notáveis, com a inflação (medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor) a descer abaixo dos dois dígitos – tendo em conta que apenas em 2003 esta desceu abaixo dos três dígitos. A medida retrocedeu em Dezembro para 7,69%, cifrando-se em apenas 8,8% em **2013**, ligeiramente abaixo dos 9,0% que o Governo previa há um ano e em abrandamento face aos 10,3% registados em 2012.

Para **2014**, tanto o Governo como o FMI prevêem que a inflação continue a abrandar, com o FMI a antecipar 8,5% e o Governo um valor no intervalo 7,0%-9,0%. A evolução dos preços deverá, assim, continuar a dar margem para as políticas orçamental e monetária moderadamente expansionistas adoptadas pelas autoridades desde o início de 2012. Além disso, o Governo parece descartar a possibilidade de qualquer redução adicional a curto prazo nos subsídios aos preços dos combustíveis (que levou a um salto de 50% dos preços da gasolina em Setembro de 2010), dado o descontentamento popular resultante do aumento do custo de vida. Note-se que, apesar do inegável sucesso em domar a inflação nos últimos anos, o próprio Governo admite a “permanência de constrangimentos estruturais do lado da oferta, revertidos em custos de transacção elevados, com implicações sobre diversos segmentos do mercado de consumo nacional”. Esses constrangimentos poderão ser especialmente gravosos atendendo a que em Janeiro de 2014 entrou em vigor a nova pauta aduaneira, que irá agravar as tarifas sobre bens importados, pelo que uma insuficiente capacidade de reacção da oferta interna poderá criar pressões inflacionistas.

No **médio-prazo**, tanto o FMI, como o Governo apontam para que a inflação abrande até aos 7,0%, mas permanecendo elevada, devido aos constrangimentos supra-referidos e ao próprio forte crescimento estrutural da procura interna e depreciação do *kwanza*.

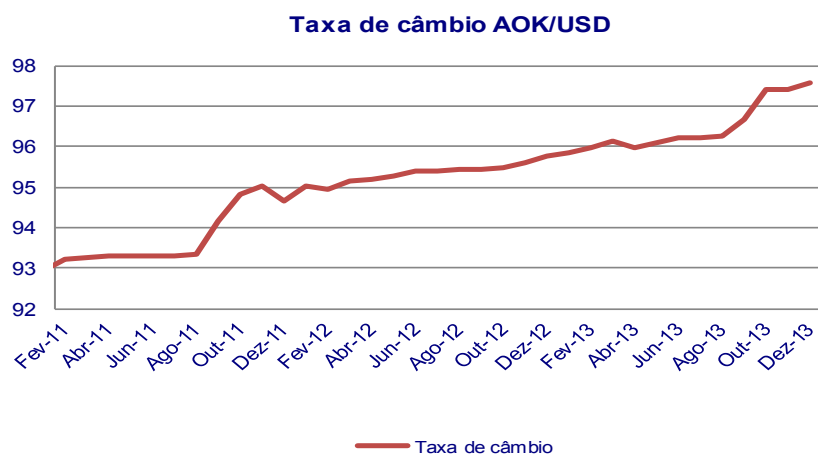
A redução da inflação esteve e deverá continuar a estar alicerçada na estabilidade monetária e cambial induzida pelo **Banco Nacional de Angola (BNA)** – que tem um papel central como âncora monetária – e nas reformas estruturais, levadas a cabo com vista a minorar as distorções que subsistem do lado da oferta. Relativamente à estabilidade cambial, a capacidade do BNA para apoiar a taxa de câmbio do *kwanza* tem aumentado significativamente devido à acumulação de reservas externas, que atingiram um novo máximo histórico em maio de 2013, depois de a sua diminuição abrupta durante a recessão de 2008/09 ter obrigado o BNA a folgar o *peg* oficioso ao dólar, dando lugar a uma crise orçamental e da balança de pagamentos. As previsões para a inflação estão, assim, condicionais à capacidade do recém-formado Comité de Política Monetária para resistir à pressão política para enveredar por uma política monetária mais acomodatória. Refira-se que em 2013 a diminuição das pressões cambiais continuou a permitir ao BNA aliviar a rigidez da sua política monetária. Na reunião de 27 de Janeiro de 2014, o BNA decidiu manter a taxa básica de juro (taxa de referência definida em 2011, no âmbito do novo quadro operacional para a política monetária) em 9,25%, depois de a ter reduzido num total de 100 p.b. durante o ano de 2013. As taxas de juro das facilidades permanentes de cedência e de absorção de liquidez ficaram em 10,25% e 0,75%, respectivamente (11,5% e 1,5%, no final de 2012). Por outro lado, na mesma reunião, diminuiu o rácio de reservas

obrigatórias em moeda nacional, de 15,0% para 12,5%, para “aumentar os recursos financeiros disponíveis para o crédito à economia”.



Fonte: FMI e Thomson Reuters .

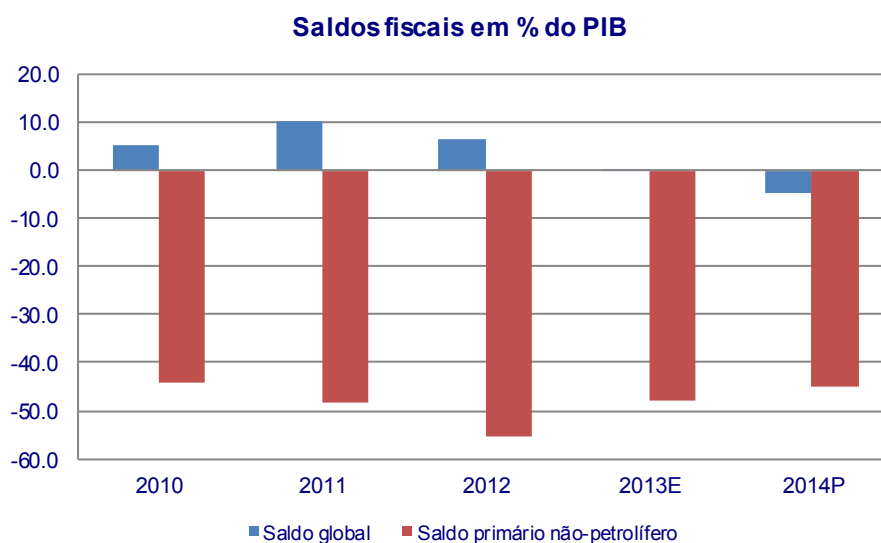
No **mercado cambial**, o *kwanza* depreciou face ao dólar 1,9% em 2013 (-1,3% em 2012), dando continuidade à tendência que dura desde o início do milénio. Esta depreciação foi amortecida pela intervenção do BNA no mercado cambial, que disponibilizou um maior volume de divisa estrangeira (dólar) do que em 2012. Não obstante a queda da taxa nominal, a taxa de câmbio real efectiva tem apresentado a evolução oposta, devido ao forte crescimento dos preços internos. Apesar da recuperação das receitas do petróleo e dos fluxos de investimento directo estrangeiro, que têm permitido a acumulação de reservas cambiais, a capacidade do BNA para apoiar o *kwanza* através da intervenção no mercado cambial continua vulnerável a qualquer futura quebra nos preços do petróleo. No entanto, com as reservas actualmente a renovarem máximos históricos e com as perspectivas de mais excedentes na balança corrente, as autoridades dispõem de maior estabilidade para defender a moeda do que em 2008/09 (a *EIU* prevê que as reservas correspondam, nos próximos anos, ao equivalente, em média, a 8 meses de importações, sendo que, em 2012 – os últimos dados disponíveis reportados pelo Banco Mundial – correspondiam a 7 meses). O BNA tem promovido a “desdolarização” da economia desde 2011, tendo implementado em Outubro a última fase da nova lei cambial, que obriga as empresas petrolíferas a efectuar o pagamento a fornecedores não-residentes através de bancos nacionais.



Fonte: Thomson Reuters .

Ao nível do **crédito**, o volume de crédito à economia cresceu 9,28% em 2013 (+24,6% e +27,7% em 2012 e 2011, respectivamente), tendo-se, ademais, continuado a observar uma transformação na composição da carteira de depósitos, fruto da referida política de “desdolarização” da economia. Os depósitos em moeda nacional excederam os em moeda estrangeira pela 1ª vez no início de 2012, o mesmo acontecendo com os depósitos a prazo, que superaram os depósitos à ordem, com o BNA a atribuir esta evolução à prática de taxas mais atractivas por parte dos bancos, bem como à

estabilidade da moeda nacional e do aumento da confiança no sistema bancário por parte dos clientes. Em 2013, o crédito e os depósitos em moeda nacional continuaram a ganhar peso, com os primeiros a representarem em Novembro 65,0% do total e os depósitos 61,5%. O volume de crédito ao sector privado cresceu 10,3% em 2013, enquanto o agregado monetário M3 expandiu 16,9%.



Fonte: OE-2014.

Ao nível da **política orçamental**, em **2013** deverá ter-se registado um excedente orçamental (desde 2012 que o orçamento passou a seguir uma contabilidade “universal e unificada”, incorporando todas as operações parafiscais anteriormente empreendidas pela empresa estatal de petróleo), que se terá cifrado em 0,3% segundo o Governo e em 1,2% do PIB, segundo o FMI – as estimativas do valor real do saldo têm divergido bastante entre as duas entidades (em 2012: +4,5% segundo o FMI vs +8,7% de acordo com o Governo) –, acabando por ficar acima do esperado em resultado de despesas abaixo do orçamentado, nomeadamente relacionadas com o Programa de Investimentos Públicos (PIP). Em **2014**, na proposta de OE, o Governo prevê que se registre um défice de 4,9% (-0,8% segundo o FMI), perante o forte aumento das despesas, designadamente as despesas de capital, no âmbito do PIP. As receitas até deverão aumentar, impulsionadas pelas receitas não-petrolíferas. Note-se que o investimento planeado – bem como a própria despesa corrente – está dependente do volume de receitas relacionadas com o petróleo, excluindo as quais o saldo primário registaria em 2013 um défice muito elevado (próximo dos 50% da produção não-petrolífera; próximo dos 30% do PIB total). Este padrão deverá manter-se nos próximos anos, com o FMI a prever défices orçamentais crescentes até 2017 (-6,7% nesse ano), devendo reduzir-se apenas em 2018.

**Angola: previsões económicas**

(unidade: taxa de crescimento %)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>PIB</b>	13.8	2.4	3.4	3.9	5.2	5.6	6.3	6.4	6.5	3.6	6.7
<b>PIB (Banco Mundial)</b>						5.1	8.0	7.3	7.0	-	-
<b>PIB (EIU)</b>						6.8	5.9	6.6	-	-	-
<b>PIB (Governo)</b>						5.1	8.0	8.8	7.5	4.3	-
<b>Deflador do PIB</b>	19.7	-7.4	22.4	24.2	6.9	3.8	4.4	1.9	3.3	3.6	4.5
<b>Inflação (IPC)</b>	12.5	13.7	14.5	13.5	10.3	8.8*	8.5	7.7	7.2	7.0	7.0
<b>Investimento (% PIB)</b>	16.2	16.1	13.5	12.9	15.1	13.8	14.5	14.2	13.8	13.8	13.8
<b>Poupança Nacional Bruta (% PIB)</b>	26.5	6.2	21.6	25.5	24.3	20.9	19.0	15.3	12.5	11.1	9.4
<b>Dívida Pública (% PIB)</b>	31.6	36.5	37.6	31.5	30.2	33.2	35.1	37.5	39.3	40.1	37.7
<b>Saldo Orçamental (% PIB)</b>	-4.5	-8.3	4.6	8.7	4.5	1.2	-0.8	-2.2	-2.4	-6.7	-5.0
<b>Balança Corrente (10<sup>9</sup> \$)</b>	8.7	-7.5	6.7	13.1	10.6	8.8	6.1	1.6	-1.9	-4.2	-7.4
<b>Balança Corrente (% PIB)</b>	10.3	-9.9	8.1	12.6	9.2	7.1	4.6	1.1	-1.2	-2.7	-4.4
<b>Balança Corrente (% PIB) - Banco Mundial</b>			9.1	12.6	10.4	10.6	9.2	9.5	10.1	-	-
<b>População (10<sup>6</sup>)</b>	18.0	18.5	19.1	19.6	20.2	20.8	21.4	22.1	22.8	23.4	24.1
<b>População 15-64 anos (% total)</b>	50.4	50.7	50.9	51.3	-	-	-	-	-	-	-
<b>Exportações (%)</b>	10.1	-2.6	-3.2	-3.1	4.3	2.7	3.1	3.2	3.2	3.3	3.1
<b>Bens (%)</b>	10.3	-3.6	-3.4	-2.5	4.5	2.6	3.1	3.1	3.1	3.2	3.1
<b>Importações (%)</b>	45.0	6.7	-21.2	9.9	15.7	7.0	7.6	3.9	4.1	3.0	4.7
<b>Bens (%)</b>	35.9	18.8	-31.6	7.6	15.4	9.0	12.2	8.5	7.5	4.9	7.7
<b>Agricultura (% PIB)</b>	6.6	10.2	9.8	9.3	-	-	-	-	-	-	-
<b>Indústria (% PIB)</b>	67.5	59.0	59.9	62.1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Serviços (% PIB)</b>	25.9	30.8	30.2	28.6	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FMI (*World Economic Outlook* - out-13); Banco Mundial (jan-13); *Economist Intelligence Unit* (dez-13); Governo (nov-13); \*valor efetivo

## Mercados Financeiros

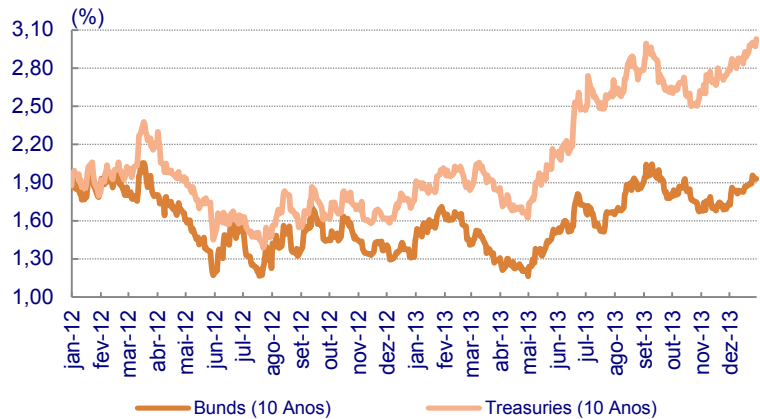
O sentimento dos investidores relativamente às economias avançadas melhorou muito em 2013, nomeadamente nos mercados accionistas, mas, beneficiando sobretudo da postura expansionista dos principais bancos centrais e da continuação do aumento paulatino do optimismo em relação à resolução da crise do euro. Todavia, o sentimento nas economias emergentes ressentiu-se das dificuldades enfrentadas em algumas economias, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) em particular.

Em relação às **expectativas face às taxas de juro**, os principais bancos centrais continuaram em destaque. A *Fed* acabou por ser mais branda na retirada dos estímulos à economia do que chegou a ser perspectivado pelos mercados, depois deste se ter tornado tema central a partir de meados do ano, quando a decisão de Dezembro 2012 de tornar a política mais expansionista ainda estava fresca. Igualmente a apoiar a economia esteve a conduta do BCE, que cortou a taxa de referência num total de 0,5 p.p. (divididos entre maio e Novembro), para 0,25%, comprometendo-se em manter as taxas reduzidas durante um período prolongado de tempo e abordando a possibilidade de tomar medidas adicionais. Mas o banco central cuja acção teve maiores efeitos foi o Banco do Japão (*BoJ*), que, em Janeiro, assumiu o importante compromisso de pôr termo a duas décadas de deflação, aumentando o seu objectivo de inflação de 1% para 2% e anunciando novos estímulos monetários, sobretudo, na reunião de Abril.

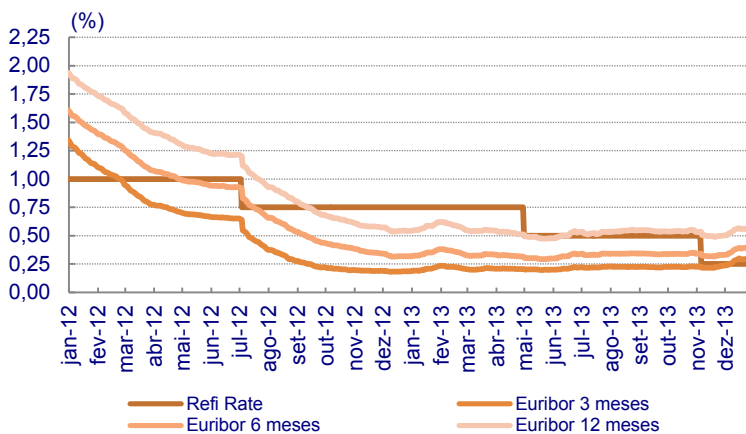
O esbatimento progressivo da **crise do euro** foi talvez a principal boa notícia de 2013, com a pressão dos mercados a reduzir-se paulatinamente ao longo do ano, perante o sentimento de que o pior já passou, alimentado pelo comprometimento dos países do euro em segurar a moeda única. Relevante foi o facto de se ter tratado de um ano com menos desenvolvimentos a nível da política comum da União Europeia, reflectindo, por um lado, a ausência de crises de monta que impedissem o cumprimento dos objectivos orçamentais dos países (e alguma, se bem que limitada, maior flexibilidade das instituições do euro com as metas orçamentais) e, por outro lado, a incerteza política na Alemanha, que só terminou perto do final do ano com a formação do Governo de coligação de bloco central. A decisão mais relevante de 2013 a nível comunitário foi a criação do Mecanismo Único de Resolução Bancária, que permitirá concluir a formação de uma União Bancária, crucial para integrar o sistema bancário europeu e cortar a ligação entre o risco soberano e o dos bancos, que esteve por detrás do impacto sobre o sistema financeiro da crise do euro, a par da aprovação do regulamento e da directiva de reforma do regime prudencial para o sector bancário, conhecido por Basileia III.

Relativamente à **dívida pública de referência**, as *yields* a 10 anos aumentaram em ambos os lados do Atlântico, sobretudo nos EUA, perante a melhoria do sentimento do mercado. No caso da dívida alemã (*bunds*), a subida das *yields* deveu-se também à evolução favorável da situação relativamente à dívida dos países periféricos, enquanto nos EUA, a evolução das *yields* reflectiu em parte as expectativas em relação ao alívio da política expansionista da *Fed*, com as *yields* a terminarem o ano sensivelmente em máximos desde Julho de 2011. Assim, as taxas da dívida americana e alemã a 10 anos subiram 127 e 61 p.b., respectivamente, para 3,028% e 1,929%, no primeiro caso afastando-se mais dos mínimos históricos atingidos em Julho de 2012 (1,39%) e no caso dos *bunds* terminando longe dos mínimos históricos que chegou a atingir no início de maio (1,16%).

**Evolução da Rendibilidade dos Títulos de Dívida Pública (*Bunds* e *Treasuries* a 10 Anos)**



**Evolução das Taxas de Juro Euribor - Zona Euro**



Fonte: Thomson Reuters.

apesar do corte acumulado de 50 p.b. na *refi rate*. Esta subida sinaliza a diminuição do excesso de liquidez no sistema (excesso que terá resultado das operações *LTRO* levadas a cabo pelo BCE e que os bancos têm vindo a amortizar antecipadamente) e, por outro lado, o regresso ao MMI de algumas instituições que se viam forçadas a refinanciar-se junto do BCE.

Ao nível da **dívida pública dos chamados países periféricos**, os *spreads* face aos *Bunds* alemães continuaram a diminuir em 2013. Este movimento reflectiu, por um lado, os sinais de comprometimento e até de alguma flexibilidade dos credores oficiais – que culminaram com o acordo para a criação do Mecanismo Único de Resolução –, e, por outro, reflectiu os desenvolvimentos dos processos de ajustamento orçamental ao nível de cada país, relativa estabilidade política (apesar das crises em Itália e em Portugal) e com dados económicos conhecidos na 2ª metade do ano a confirmarem o esperado início da retoma. Foram melhorias transversais, todavia com a persistência de alguns riscos, designadamente políticos, a ditar em Portugal a menor descida do *spread* relativo – juntamente com Itália –, enquanto os vencedores do ano foram claramente a Irlanda e a Espanha, o primeiro porque conseguiu passar o ano praticamente sem contratempos, tendo acabado por decidir regressar sozinho aos mercados, findo o programa de resgate, e Espanha porque conseguiu afastar de vez a perspectiva de um resgate, quando em 2012 um pedido chegara a ser dado como certo pelos mercados. O *spread* da dívida portuguesa terminou o ano em 420 p.b., 150 p.b. abaixo do valor de fecho de 2012, perto dos mínimos de Fevereiro de 2011.

Nos prazos mais curtos registaram-se também subidas, mas que foram bastante menos pronunciadas no caso dos *treasuries* (+13 p.b. vs +23 nos *bunds*), com o efeito a ser contrariado pela evolução das expectativas em relação à manutenção das taxas de juro de curto prazo durante praticamente os próximos dois anos.

Esta evolução das expectativas foi, também observável no Mercado Monetário Interbancário (**MMI**), onde as taxas *Euribor* registaram apenas subidas ligeiras (+10 p.b. nos 3 meses e +1 p.b. nos 12 meses), terminando perto de mínimos históricos,



Nos **mercados accionistas**, registaram-se fortes valorizações nos principais índices, beneficiando do efeito conjunto de: *i*) melhores e mais sólidas perspectivas em relação ao crescimento económico no médio-prazo; *ii*) diminuição das expectativas em relação às taxas de juro de curto prazo, designadamente da *Fed*, o que faz aumentar o valor presente dos títulos; *iii*) a evolução favorável da crise do euro; *iv*) as quedas registadas em alguns tipos de *commodities*, como as agrícolas e os metais, que fazem diminuir os custos das empresas. Note-se, todavia, que esta evolução favorável esteve algo circunscrita às economias avançadas, uma vez que as contrariedades

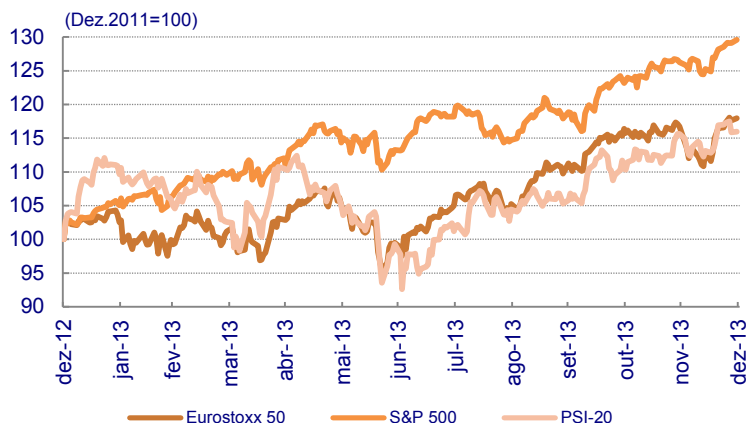
enfrentadas pelas economias emergentes, designadamente nos BRIC, reflectiram-se em quedas dos mercados de acções destes países (com excepção da Índia). Entre as economias avançadas, a maior subida deu-se no *Nikkei 225*, que ficou 56,7% acima do valor de fecho de 2012. Nos EUA o *S&P 500* valorizou 29,6%, enquanto na Europa o *Eurostoxx 50* subiu 18,0% e o *FTSE 100* 14,4%. Na Zona Euro, registaram-se fortes subidas tanto nos índices dos países *core*, como dos periféricos, com o *DAX* alemão a tomar a dianteira (+25,5%), atingindo durante o mês de Dezembro máximos históricos e o *PSI-20* máximos desde agosto de 2011, subindo 16,0% no ano.

No mercado da **dívida privada** os *spreads* replicaram a melhoria do sentimento do mercado, e especialmente a subida dos títulos accionistas europeus, observando-se movimentos descendentes nos índices de *CDS* (*Credit Default Swaps*) e nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado *spot*.

No **mercado cambial**, a taxa de câmbio efectiva nominal do euro subiu 4,9% face ao final de 2012, beneficiando da apreciação da moeda única face ao dólar e, principalmente, ao iene enquanto que face à libra terminou praticamente inalterada. Esta movimentação resultou, por um lado, da melhoria do sentimento de mercado e, por outro, de diferentes expectativas em relação às taxas de juro de referência para os 12 meses seguintes, que diminuíram nos EUA e no Japão, mas aumentaram ligeiramente na Zona Euro. A libra, por sua vez, beneficiou também da sua correlação com o sentimento

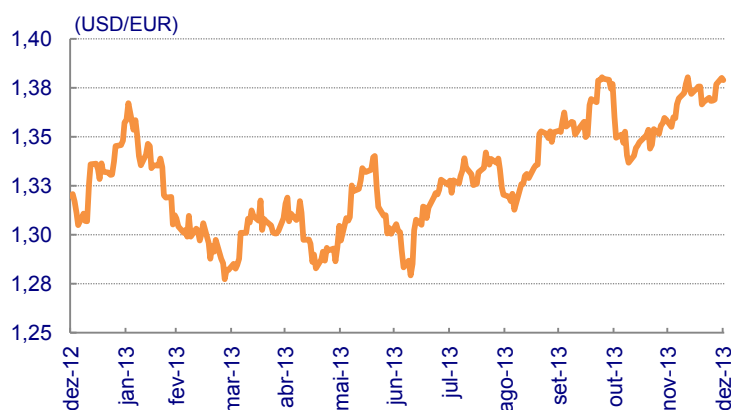
de mercado e dos dados muito positivos conhecidos para a economia britânica. Por seu lado, o *dollar index* terminou praticamente inalterado, com dólar a depreciar face à libra, mas a apreciar face ao iene. O par mais importante, EUR/USD, terminou o ano em 1,38, sensivelmente em máximos desde Outubro de 2011, evidenciando uma valorização de 4,3%. Por último, nas **commodities** registaram-se movimentos diversos entre as várias categorias, mas tendencialmente descendentes, traduzindo-se em quedas dos índices compósitos *Reuters/Jefferies CRB* e *S&P GSCI* (-5,0% e -2,2%, respectivamente).

### Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Thomson Reuters.

### Evolução da Cotação do Euro face ao Dólar



Fonte: Thomson Reuters.



## Governo Societário

### Principais Accionistas

- Montepio Holding S.G.P.S., S.A.
- Carlos Maria da Silva Feijó
- Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares
- João Avelino Augusto Manuel
- Iberpartners
- Francisco Simão Júnior
- Dumilde das Chagas Simões Rangel

### Principais Órgãos de Governo e Competências

#### Assembleia Geral

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade;
- Eleger, quando for caso disso, os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Geral e o Secretario Societário;
- Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade, que sejam expressamente indicados na convocatória.
- Alteração dos estatutos, fusão, cisão, transformação, emissão de obrigações e dissolução;
- Aprovação da redução ou aumento do capital social da sociedade;
- Aprovação de quaisquer propostas, negociações ou contractos nos quais a sociedade possa efectuar quaisquer actividades negociais no exterior de Angola.

#### Conselho de Administração

- Definir as políticas gerais da Sociedade e os planos e orçamentos anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução;
- Estabelecer a organização interna da Sociedade e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades da Sociedade, praticando todos os actos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresa;
- Contratar e despedir empregados e prestadores de serviços;
- Constituir mandatários para a prática de determinados actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivos de algum administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, durando o mandato dos cooptados até ao termo do período para o qual o substituído tenha sido eleito, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

#### Comissão Executiva

- A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente da Sociedade.
- As competências da Comissão Executiva serão fixadas pelo Conselho de Administração, que nela delegará todas as competências cuja inclusão não está vedada por lei.

- O Conselho de Administração poderá autorizar a Comissão Executiva a encarregar um ou mais dos seus membros de se ocuparem de certas matérias e a delegar em um ou mais dos seus membros o exercício de alguns dos poderes que lhe sejam delegados.
- O Presidente da Comissão Executiva, que terá voto de qualidade, deve:
  - Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à actividade e às deliberações da Comissão Executiva;
  - Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.
  - Coordenar as actividades da Comissão Executiva, dirigindo as respectivas reuniões e velando pela execução das deliberações.

#### **Conselho Geral**

- O Conselho Geral tem funções meramente consultivas, cabendo-lhe emitir pareceres sobre as matérias que lhe forem indicadas por qualquer órgão da sociedade e designadamente sobre as seguintes:
  - Orientação estratégica da Sociedade e linhas de orientação relativas aos planos plurianuais de acção e suas actualizações;
  - Aquisição e alienação de participações sociais;
  - Projectos de expansão internacional.
- O Conselho Geral deve elaborar anualmente um relatório da sua actividade, com indicação da matéria dos pareceres dados, respectivas conclusões e votos que os aprovaram, a ser apreciado na Assembleia Geral que se pronunciar sobre o relatório e contas de exercício.

#### **Conselho Fiscal**

- Ao Conselho Fiscal compete a fiscalização da sociedade.

### **Composição dos Órgãos de Governo**

#### **Mesa da Assembleia Geral**

Presidente	João Baptista de Matos
Vice-Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário	Sabino Pereira Ferraz

#### **Conselho de Administração**

Presidente	António Tomás Correia
Administrador	António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
Administrador	Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida
Administradora não Executiva	Ana Lúcia Louro Palhares
Administrador não Executivo	João Carlos Martins da Cunha Neves
Administrador não Executivo	António Fernandes Santana

#### **Comissão Executiva**

Presidente	António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
Administrador	Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida

#### **Conselho Geral**

Conselheiro Presidente	Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares
Conselheiro	João Baptista de Matos
Conselheiro	António Tomás Correia
Conselheiro	António Francisco de Araújo Pontes

Conselheiro	Pedro Cláver da Costa Furtado
Conselheiro	Carlos Maria da Silva Feijó
Conselheiro	João Avelino Augusto Manuel

#### **Conselho Fiscal**

Presidente	Pedro Cláver da Costa Furtado
Vogal	Carla Maria Lobo da Fonseca
Vogal	Dina Maria Leote de Oliveira

#### **Comissão de Remunerações**

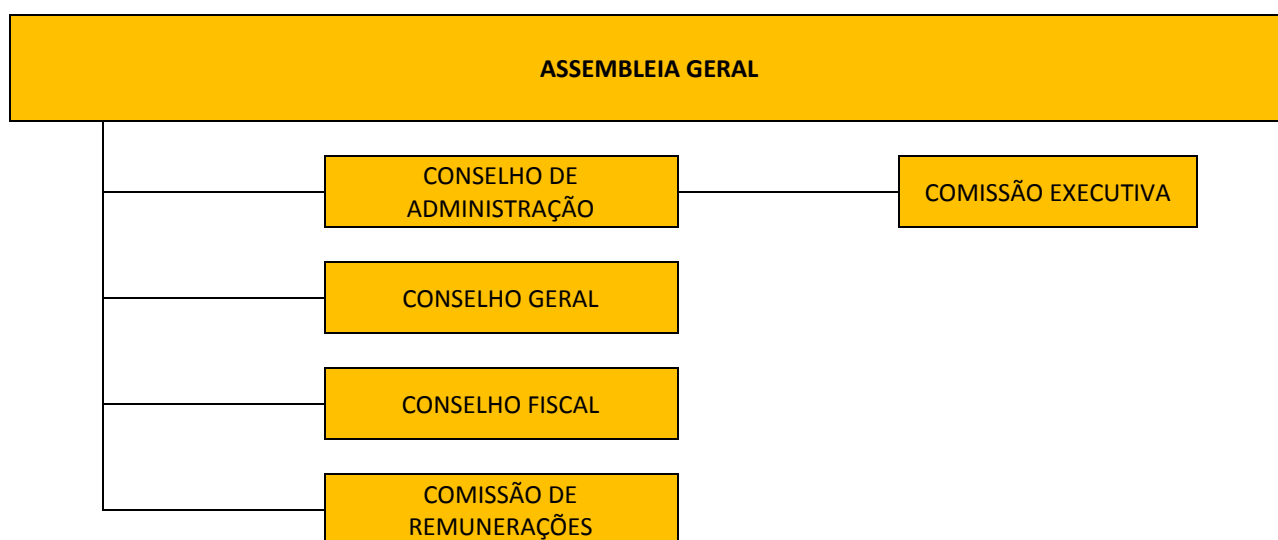
Montepio Holding S.G.P.S., S.A., representado por António Tomás Correia  
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares

#### **Secretário Societário**

Joaquim Faria Briote

## **Organograma / Estrutura Funcional**

Em 30 de Abril de 2013 realizou-se a Assembleia Geral de Accionistas que elegeu, para o triénio de 2013 – 2015, os novos elementos para os Órgãos Sociais, bem como a definição da respectiva estrutura de Governo. Deste modo, os Órgãos de Gestão do Finibanco Angola, S.A. apresentam-se distribuídos do seguinte modo:



Com o objectivo de instituir no Finibanco Angola, S.A. uma política adequada à sua natureza, dimensão, complexidade e situação económica, consistente com os objectivos, valores, interesses e solvabilidade no longo prazo, foi decidido em Assembleia Geral de Accionistas a constituição de dois novos órgãos: um Conselho Geral e uma Comissão de Remunerações.

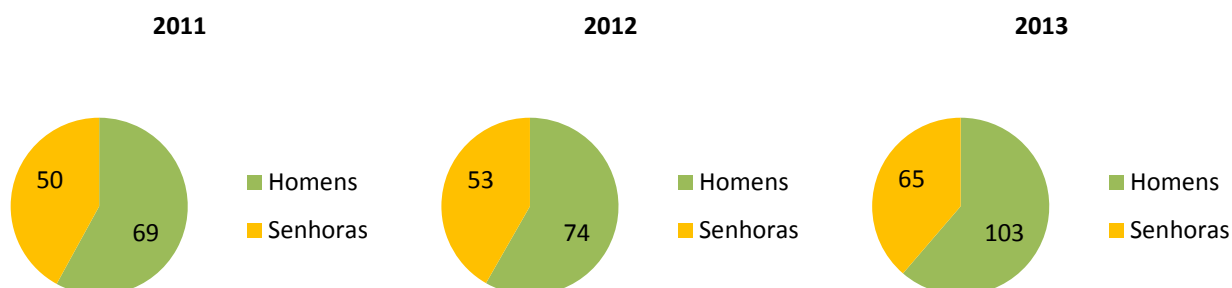
## Recursos Humanos, Canais de Distribuição e Outros Meios

### Recursos Humanos

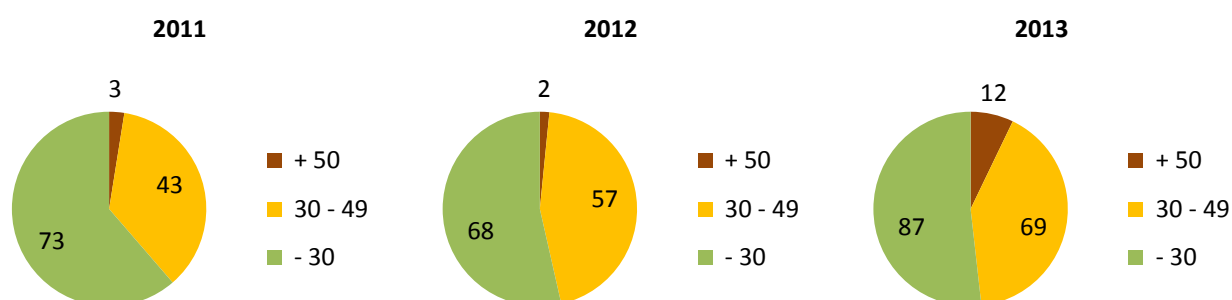
Dando continuidade aos compromissos assumidos desde o início da actividade, o Finibanco continuou a reforçar o seu quadro de pessoal com a admissão de jovens angolanos recém-licenciados, bem como o apetrechamento das suas principais unidades de negócio com elementos de comprovada experiência e conhecimentos da actividade bancária, de forma e sustentada a permitir alavancar a formação das equipas comerciais (Rede de Retalho e Centros de Empresas).

	2011	2012	2013
Ensino Básico	4	4	4
Ensino Médio	39	41	50
Frequência Universit./Bach.	71	76	103
Licenciaturas e Mestrados	5	6	7

A distribuição por género nos últimos 3 anos apresenta-se do seguinte modo:



A estrutura etária nos últimos 3 anos apresenta-se do seguinte modo:



A antiguidade dos quadros no Finibanco apresenta-se do seguinte modo:

Antiguidade dos Quadros	2011	2012	2013
5 e 6 anos	0	0	21
1 a 4 anos	64	108	106
menos de 1 ano	55	18	41

Relativamente aos apoios de saúde, o Finibanco proporciona um seguro de saúde a cada colaborador. No quadro de apoios aos colaboradores, o Banco proporciona aos seus colaboradores facilidades de financiamento a taxas preferenciais, de modo a apoiar o desenvolvimento de todos os colaboradores nas suas necessidades pessoais e familiares, tendo sido atribuídos os seguintes montantes nos últimos 3 exercícios económicos:

<b>Tipo de Financiamento</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Consumo	66.436.543	37.568.815	49.647.000
Habitação	0	32.322.491	101.776.180
Construção	0	52.480.000	0
Investimento	7.665.618	0	0
Outros	952.821	28.860.000	350.000
<b>TOTAL</b>	<b>75.054.982</b>	<b>151.231.306</b>	<b>151.773.180</b>

## Formação

O Finibanco no âmbito da sua estratégia de recursos humanos tem implementado esforços na formação contínua dos seus quadros nas várias áreas da sua actividade bancária, confirmando a Academia de S. Paulo como pólo de excelência para as acções de formação interna.

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Nº Participantes	62	37	159
Total de horas	110	88	131

Durante o ano de 2013, foram desenvolvidas acções que abrangeram todo o universo do Banco, sendo abordados temas muito relevantes ao nível de:

- Acção Comercial
- Branqueamento de Capitais
- Auditoria e Controlo Interno
- Sigilo Bancário
- Contencioso
- Lei Cambial
- Análise de Risco de Crédito
- Controlo e Segurança
- Entre outros.

## Canais de Distribuição

Em 31 de Dezembro 2013, o Finibanco apresenta uma rede de 15 pontos de venda, sendo 13 balcões na Rede de Retalho e 2 Centros de Empresas. O crescimento evidenciado em 2013 com mais 3 balcões e 1 centro de empresas será para continuar em 2014, onde se espera a abertura de novos balcões em Luanda e em algumas das províncias onde o Finibanco ainda não está representado.

É intenção do Banco continuar a apoiar a economia Nacional com o aumento da rede de agência pelas províncias onde é fundamental continuar o esforço de bancarização.

O Banco registou um crescimento do número de clientes em 2013 de 31% face ao ano anterior, o que representa uma captação de 5.016 novos clientes.

<b>Número de Clientes</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Rede de Retalho	20.670	15.822	31%
Centros de Empresas	405	237	71%
<b>TOTAL</b>	<b>21.075</b>	<b>16.059</b>	<b>31%</b>

O maior crescimento deu-se nos Centros de Empresas em 71% face a 2012, contudo, parte desse crescimento, apesar de muito significativo, também foi influenciado pela transferência de clientes da Rede de Retalho para os Centros de Empresas, em linha com a estratégia de segmentação das duas áreas de negócio.

O aumento do número de clientes e volume de negócios reflectiu-se a vários níveis, com os cartões multicaixa activos a crescerem 38% em 2013, passando de 6.862 em 2012 para 9.482 em 2013, mesmo com o forte aumento do número de clientes, o Finibanco melhorou a taxa de penetração dos cartões em 2 p.p. para 45%. O número de transacções aumentou 36% e o montante transaccionado cresceu 43%, o crescimento do valor transaccionado ao crescer mais que o número de transacções dá-nos um indicador positivo de crescimento do montante médio transaccionado de 9.153 AOA em 2012 para 9.660 AOA em 2013.

<b>Cartões Multicaixa Emitidos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Cartões Multicaixa activos	9.482	6.862	38%
Percentagem de adesão	45%	43%	5%
Número de transacções	520.607	383.285	36%
Valor das transacções (milhares AOA)	5.029.000	3.508.328	43%

Os acessos online no Fininet, continuam a ser um desafio para o futuro do Banco, apesar de ter existido um crescimento satisfatório em 25%, principalmente por via de novos contractos, a taxa de penetração reduziu 0,8 p.p. para 14,6%. É intenção do Finibanco melhorar os indicadores associados a este canal por via de uma melhor informação das facilidades aos clientes. Trata-se de um canal que ainda tem muito potencial de crescimento.

<b>Contractos Homebanking</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Contractos Fininet	3.078	2.472	25%
Percentagem de adesão	14,6%	15,4%	-5%

O aumento do número de balcões, juntamente com a maior afluência de clientes nos balcões existentes, levou à necessidade de aumento da rede de ATM's disponível, pelo que, foram instaladas mais 10 máquinas, levando a um crescimento dos valores dispensados em 29%.

<b>Máquinas ATM em serviço</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
ATM's activas	25	15	67%
Valores dispensados (milhares AOA)	10.528.183	8.148.979	29%

Os TPA's do Finibanco tiveram um crescimento de 85% devido ao aumento da actividade e do número de clientes, tal como, o número de transacções e o valor das transacções, que cresceu significativamente em 118% e 112%,

respectivamente. Neste caso, o valor médio por transacção reduziu ligeiramente de 16.977 AOA para 16.526 AOA, contudo, permanece um valor médio alto associado ao negócio dos nossos clientes.

<b>TPA's em serviço</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
TPA's activos	351	190	85%
Número de transacções	296.865	136.096	118%
Valor das transacções	4.906.000	2.310.518	112%

## **Marca Finibanco**

Em Fevereiro de 2013, o Finibanco procedeu ao início da alteração da imagem, de modo a ficar em linha com os padrões de imagem do nosso accionista de referência, Caixa Económica Montepio Geral. A alteração de imagem teve especial foco numa nova cor e num novo logótipo com o objectivo de trazer à marca maior proximidade à realidade e costumes Africanos em geral e Angolanos em particular. A alteração da imagem permitiu dar uma imagem mais jovem e atractiva junto dos clientes. Esta alteração foi acompanhada de um "lifting" das fachadas de todas as agências com um novo modelo de agência e outdoors publicitários por toda a cidade de Luanda e nas províncias onde o Banco está presente.

## Gestão dos Riscos

O Finibanco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Finibanco.

A gestão de riscos está centralizada no Presidente da Comissão Executiva (“PCE”) e conta com o apoio de vários comités por si presididos e onde participam as diversas direcções do banco para a monitorização e acompanhamento dos riscos. A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Auditoria e Controlo Interno e do Gabinete de Compliance.

É o PCE que assegura a articulação com o Banco Nacional de Angola, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a regular realização de Conselho de Crédito e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação. Este Conselho é composto pelas Direcções Comerciais (Empresas e Particulares), Direcção Jurídica e pela Comissão Executiva e assegura em exclusivo a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

## Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

## Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pelas direcções, no âmbito dos comités constituídos, que analisam e asseguram a gestão desses riscos.

A Direcção de Auditoria e Controlo Interno (“DAI”), tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco Nacional de Angola, de verificar o cumprimento e observância da legislação e normativos internos em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando à Comissão Executiva as suas conclusões.



Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Direcção Financeira (“DIF”) colabora com a DAI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Banco.

No que diz respeito ao risco de compliance, é da competência do Head of Compliance, na dependência da Comissão Executiva, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a DAI avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

## **Avaliação de Riscos**

### **Risco de Crédito**

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas definidas pela Comissão Executiva e que são aplicadas no âmbito das competências do Conselho de Crédito.

As decisões de crédito dependem das informações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes e encontram-se na dependência exclusiva do Conselho de Crédito.

### **Risco Cambial**

Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os gaps cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos. Diariamente é monitorizada a exposição cambial do Finibanco, tendo em conta os limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola.

### **Risco de Liquidez**

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente pela Direcção Financeira, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento por parte da Comissão Executiva.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola.

### **Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade**

Em termos prudenciais, o Finibanco está sujeito à supervisão do Banco Nacional de Angola que, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

## Evolução das Áreas de Negócio

Em 2013 o Banco procedeu à consolidação da alteração imposta no início de 2012 relativo à sua rede comercial, com a distinção entre Banca de Retalho e Centros de Empresas, desta forma, pretende-se que cada segmento se possa especializar nas necessidades específicas dos clientes, principalmente num processo eficiente de resposta às necessidades e desafios constantes que nos são impostos.

### Banca de Retalho

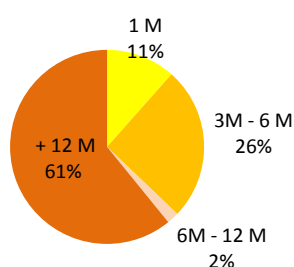
O Finibanco apresenta no fecho do exercício de 2013 uma rede de balcões na área de Retalho de 13 unidades. Situados principalmente em Luanda, no exercício de 2013 também foi aberto o balcão de Benguela que se junta aos balcões já existentes nas províncias do Huambo e de Luanda.

A concessão de crédito continuou a ser uma prioridade, no entanto não pudemos deixar de ter uma criteriosa política de análise e gestão de risco de crédito e de adequação às exigências da legislação do BNA.

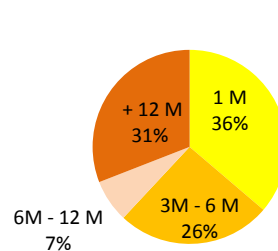
Produto	2013	2012	Var.
Conta Corrente	3.799.921.495	3.207.496.113	18%
Financiamento	7.982.228.657	1.211.158.043	559%
Rendas	3.016.505.030	2.723.275.793	11%
Descoberto	1.267.770.300	1.352.693.826	-6%
Leasing	159.959.290	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.226.384.771</b>	<b>8.494.623.774</b>	<b>91%</b>

Como se pode verificar, a estratégia do Finibanco passou pela concessão de créditos ligado ao Investimento (+ 18%) e apoio através de Financiamento de médio/longo prazo (+ 559%), tal como a implementação de um novo instrumento de crédito (Leasing) que até ao momento teve uma aceitação muito favorável (160M AOA).

**CARTEIRA DE CRÉDITO  
2013**

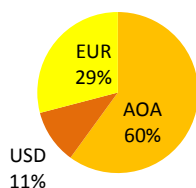


**CARTEIRA DE CRÉDITO  
2012**

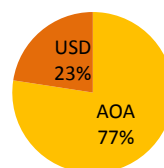


Como referido anteriormente, a carteira de crédito do Banco começa a estender-se no prazo, se a área comercial incentiva os clientes nesta gestão de esforço, também a cultura financeira e bancária dos clientes começa a ser relevante para este desempenho. Em 2012 tínhamos 36% da carteira de crédito com vencimento a 1M, enquanto que actualmente representa apenas 11%. Também nos prazos mais longos o mesmo efeito se verifica, em 2012 as operações com vencimento superior a 12 meses representavam 31% da carteira, face aos actuais 61% em 2013. Apesar de ainda verificarmos uma grande procura pelo financiamento de curto prazo, os sinais que encontramos através da nossa área comercial de retalho indicam que começa a existir uma alteração positiva para novos financiamentos de médio/longo prazo.

**CARTEIRA DE CRÉDITO  
2013**

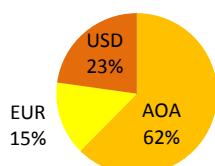


**CARTEIRA DE CRÉDITO  
2012**

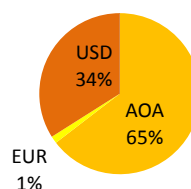


O Finibanco continua a apoiar significativamente a alteração do padrão de financiamento que se verificou no passado com a passagem de financiamento em moeda estrangeira para Kwanzas, contudo, em 2013 foram feitas algumas operações pontuais de longo prazo em moeda estrangeira que influenciaram a composição da carteira face ao que se tinha verificado em 2012. Esta alteração foi acompanhada por uma maior captação de recursos em moeda estrangeira, como podemos verificar abaixo na disposição da nossa carteira de recursos.

**RECURSOS DE CLIENTES  
2013**



**RECURSOS DE CLIENTES  
2012**



Face às recentes operações em moeda estrangeira reflectidas nos gráficos anteriores, podemos verificar uma cobertura ao risco cambial em euros nos recursos existentes na mesma moeda. Apesar de toda a carteira de recursos ter crescido significativamente, verificamos que os recursos em moeda estrangeira passaram a ter um peso relativo ligeiramente superior, em 2012 representavam 35% da carteira e actualmente representam 37%, apesar de não ser uma alteração significativa é interessante verificar que nos recursos em moeda estrangeira o dólar americano perdeu peso face ao euro.

Tipo	2013	2012	Var.
DO	21.149.415.444	8.556.762.738	147%
DP	14.407.747.477	7.885.800.598	83%
<b>TOTAL</b>	<b>35.557.162.920</b>	<b>16.442.563.337</b>	<b>116%</b>

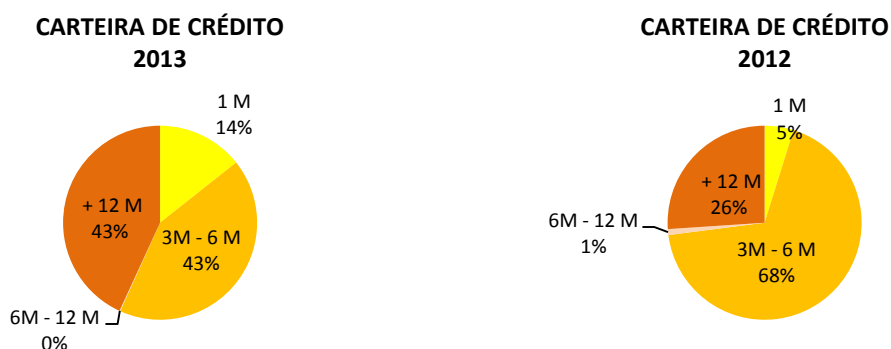
A carteira de recursos teve um forte crescimento em 2013 de 116% por via dos novos clientes e reforço da relação comercial com os actuais clientes do Banco. Durante o exercício de 2013, a alteração da imagem foi fundamental, juntamente com estratégias comerciais de proximidade ao cliente para que os produtos existentes de poupança tivessem uma procura acrescida de 83%.

## Centros de Empresas

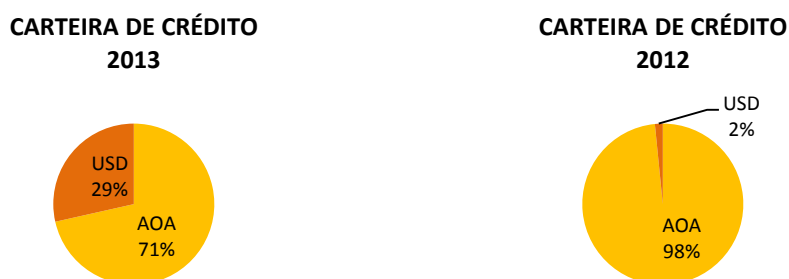
A consolidação da estrutura comercial efectuada em 2013, permitiu que as grandes empresas e potenciais clientes possam ter um atendimento especializado e focado nas necessidades cada vez mais complexas das empresas no mercado Angolano. Como podemos verificar, este ano de consolidação foi muito positivo com o crescimento da carteira de crédito em 189% em 2013 face a 2012.

Produto	2013	2012	Var.
Conta Corrente	3.662.801.839	2.054.619.879	78%
Financiamento	2.524.351.869	23.475.143	10653%
Rendas	509.687.176	257.280.664	98%
Descoberto	180.424.414	44.239.934	308%
Leasing	0	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.877.265.298</b>	<b>2.379.615.620</b>	<b>189%</b>

No seguimento do que já tínhamos verificado na Rede de Retalho, houve um crescimento acentuado do produto de financiamento no médio/longo prazo e investimento, 10653% e 78%, respectivamente. Como é normal na gestão de liquidez das empresas, principalmente no mercado Angolano, no segmento dos Centros de Empresas verifica-se um crescimento em 308% dos descobertos, contudo, este crescimento está relacionado com o aumento do volume de negócios e não por uma alteração da política interna de financiamento, onde estas situações continuam a ser pontuais e transitórias.

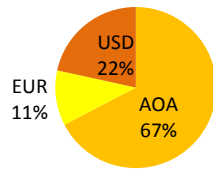


Nos Centros de Empresas a carteira de crédito teve uma evolução de maior diversificação por moeda, em 2012 a exposição a moeda estrangeira era residual na ordem dos 2%, enquanto que em 2013 verificou-se um crescimento para os 29% da carteira em moeda estrangeira. Esta diversificação deveu-se a operações específicas de médio/longo prazo, contudo, a política de financiamento do Banco, em linha com a legislação Angolana e indicações do regulador BNA passa pelo quase exclusivo financiamento em Kwanzas.

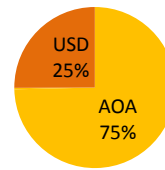


Em linha com a diversificação acima identificada, a carteira de recursos dos Centros de Empresas, evoluiu no mesmo sentido, ou seja, para uma maior diversificação dos recursos por moeda e, conseqüentemente, maior peso da moeda estrangeira em carteira, ou seja, passou de 25% em 2012 para 33% em 2013.

**RECURSOS DE CLIENTES  
2013**



**RECURSOS DE CLIENTES  
2012**



Os recursos de clientes nos Centros de Empresas, à semelhança da Banca de Retalho, obteve um forte crescimento, face a 2012 a carteira de recursos cresceu 139%. Devido ao aumento do número de empresas, o maior crescimento verificou-se em saldos à ordem (170%), contudo, e, à semelhança da Banca de Retalho, o reforço da relação comercial com os actuais clientes do Finibanco, muito pela consolidação desta área de negócio, levou ao reforço dos capitais em 103% com a finalidade de poupança.

<b>Tipo</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
DO	4.171.199.470	1.542.226.816	170%
DP	2.768.622.770	1.360.571.326	103%
<b>TOTAL</b>	<b>6.939.822.239</b>	<b>2.902.798.143</b>	<b>139%</b>

## Análise Financeira

### Análise da evolução da estrutura do Balanço

A estrutura de balanço do Finibanco Angola, SA em 2013 verificou um crescimento de 90% face a 2012. Este crescimento deveu-se a 2 factores distintos, aumento da captação de recursos e aumento da concessão de crédito. O aumento dos recursos de clientes que em 2013 foram de 42.497 milhões de Kwanzas, face a 19.345 milhões de Kwanzas em 2012, permitiram que o excedente de liquidez fosse diversificado entre aplicações em MMI e títulos de dívida pública, como se pode verificar no crescimento de 133% e 78%, respectivamente. O forte aumento do imobilizado em 120% face a 2012, deve-se ao início da construção de uma nova sede juntamente com a abertura de novos balcões, pelo que, será natural um novo aumento do imobilizado nos próximos exercícios. Apesar do aumento dos financiamentos concedidos, com um crescimento de 117% do crédito líquido de provisões, o Finibanco mantém uma rigorosa política de análise de risco de crédito e, adicionalmente, uma criteriosa política de reconhecimento das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2013	2012	Variação
Disponibilidades	11.856.942.510	9.863.688.594	20%
Aplicações de Liquidez	11.650.801.631	5.000.846.575	133%
Títulos e Valores Mobiliários	2.334.187.000	1.311.412.266	78%
Crédito Líquido de Provisões	21.708.019.475	10.012.382.888	117%
Imobilizações	5.111.738.667	1.464.284.864	249%
Outros Activos	1.941.203.241	1.045.847.419	86%
<b>ACTIVO</b>	<b>54.602.892.525</b>	<b>28.698.462.608</b>	<b>90%</b>
Depósitos	42.496.985.161	19.345.362.033	120%
Outros Passivos	3.765.631.716	2.167.490.327	74%
<b>PASSIVO</b>	<b>46.262.616.876</b>	<b>21.512.852.360</b>	<b>115%</b>
Capital Próprio	8.340.275.649	7.185.610.248	16%
<b>PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>54.602.892.525</b>	<b>28.698.462.608</b>	<b>90%</b>

### Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco registou um crescimento de 20% nas suas Disponibilidades face a 2012. Os valores registados no Banco Central cresceram 22% para 6.266 milhões de Kwanzas face a 5.124 milhões de Kwanzas em 2012, devido ao aumento das Reservas Mínimas Obrigatórias por via do forte aumento dos recursos de clientes, mesmo existindo uma redução da taxa mínima exigida pelo Banco Central. As disponibilidades em Instituições Financeiras reduziram 18%, contudo, esta rubrica está directamente ligada ao sucesso dos leilões de moeda estrangeira junto do Banco Central e depósitos de clientes, pelo que, um aumento da actividade de estrangeiro implicou um maior ajustamento do valor disponível.

	2013	2012	Variação
Caixa	3.478.457.077	2.149.192.642	62%
Disponibilidades no Banco Central	6.265.532.851	5.123.723.236	22%
Disponibilidades em Instituições Financeiras	2.112.952.581	2.590.772.716	-18%
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>11.856.942.510</b>	<b>9.863.688.594</b>	<b>20%</b>

### Aplicações de Liquidez

As aplicações de liquidez são efectuadas no mercado nacional, preferencialmente junto dos Bancos Comerciais, contudo sempre que tais necessidades não se verificarem o Finibanco aplica os excedentes de liquidez junto do Banco Central. As

aplicações em MMI são sempre feitas no muito curto prazo, em especial através de *overnights*. O crescimento verificado de 133% deve-se ao aumento de recursos disponibilizados junto dos clientes.

	2013	2012	Varição
MMI	11.650.801.631	5.000.846.575	133%
<b>APLICAÇÕES DE LÍQUIDEZ</b>	<b>11.650.801.631</b>	<b>5.000.846.575</b>	<b>133%</b>

### Títulos e Valores Mobiliários

No seguimento do exposto acima, e face aos excedentes de liquidez registados, o Finibanco aumentou a sua carteira de títulos através da aquisição de obrigações do tesouro indexadas ao dólar americano por maturidades até 3 anos. Estas aquisições permitem-nos melhorar a rentabilidade dos excedentes de liquidez face às aplicações em MMI, tal como à diversificação das aplicações efectuadas, levando-nos em 2013 a registar um valor de 2.334 milhões de Kwanzas face a 1.311 milhões de Kwanzas em 2012.

	2013	2012	Varição
Obrigações do Tesouro AOA	313.092.533	312.957.563	0%
Obrigações do Tesouro INDEX USD	2.021.094.468	998.454.704	102%
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>2.334.187.000</b>	<b>1.311.412.266</b>	<b>78%</b>

### Crédito e Provisões

O critério apertado de uma política rigorosa na concessão de crédito não limitou o crescimento sustentado em 112% da carteira de crédito do Finibanco em 2013. Mesmo com um forte aumento das provisões, imposta pela legislação do Banco Central, o crescimento das provisões ficou abaixo do crescimento do crédito bruto, o que levou a um aumento em 117% do crédito líquido de provisões em 2013.

	2013	2012	Varição
Crédito Bruto	23.103.649.680	10.873.974.976	112%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.395.630.205)	(861.592.087)	62%
<b>CRÉDITO LÍQUIDO DE PROVISÕES</b>	<b>21.708.019.475</b>	<b>10.012.382.888</b>	<b>117%</b>

### Imobilizações

O alargamento da rede de balcões, com aquisições de imobiliário e respectivas obras, são parte significativa do crescimento do imobilizado corpóreo, contudo, o crescimento de 272% está também influenciado pelos primeiros pagamentos na aquisição de uma nova sede do Finibanco. O imobilizado incorpóreo está ligado ao crescimento estrutural do banco com a necessidade de implementação de novos projectos e alargamento das licenças de programas informáticos face ao aumento do número de colaboradores.

	2013	2012	Varição
Imobilizações Financeiras	23.729.921	23.729.921	0%
Imobilizado Corpóreo	4.588.812.903	1.232.012.267	272%
Imobilizado Incorpóreo	499.195.844	208.542.677	139%
<b>IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>5.111.738.667</b>	<b>1.464.284.864</b>	<b>249%</b>

## Recursos de Clientes

A captação de recursos de clientes continua a ser um dos principais objectivos do Finibanco, deste modo, poderemos realocar os recursos captados junto da economia angolana e remunerar correctamente os recursos existentes, tal como, iniciar uma cultura de poupança junto dos nossos clientes. A cultura de poupança começa a ser evidente com o crescimento dos depósitos a prazo em 120% para 17.176 milhões de Kwanzas em 2013 face a 9.246 milhões de Kwanzas em 2012. O crescimento dos recursos à ordem são o factor de maior crescimento, contudo, tendencialmente o excedente de recursos nas contas dos clientes deverá passar para depósitos a prazo ou ser utilizado na actividade regular das empresas.

	2013	2012	Varição
Depósitos à Ordem	25.320.614.914	10.098.990.109	151%
Depósitos a Prazo	17.176.370.247	9.246.371.924	86%
<b>RECURSOS DE CLIENTES</b>	<b>42.496.985.161</b>	<b>19.345.362.033</b>	<b>120%</b>



## Análise da evolução da Demonstração de Resultados

A evolução e crescimento do Banco permanece constante e tende a consolidar-se. A implementação do Finibanco enquanto banco de referência no mercado Angolano começa a ser uma realidade cada vez mais marcada e os resultados dessa actividade em 2013, com um resultado líquido de +35%, foram o registo esperado dessa mesma consolidação, passando de 1.087 milhões de Kwanzas em 2012 para 1.465 milhões de Kwanzas em 2013.

	2013	2012	Varição
Margem Financeira	1.671.716.758	1.144.642.081	46%
Resultados de Operações Cambiais	2.044.422.049	1.245.444.681	64%
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	1.073.710.565	823.755.137	30%
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	(1.065.858.003)	(372.454.163)	186%
<b>RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.723.991.369</b>	<b>2.841.387.736</b>	<b>31%</b>
Custos Administrativos e de Comercialização	1.508.327.835	1.167.963.445	29%
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	61.415.268	0	-
Outros Proveitos e Custos Operacionais	21.126.500	42.001.821	-50%
<b>OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>1.590.869.604</b>	<b>1.209.965.266</b>	<b>31%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.133.121.765</b>	<b>1.631.422.470</b>	<b>31%</b>
Resultado não Operacional	68.642.296	11.095.967	519%
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS</b>	<b>2.201.764.061</b>	<b>1.642.518.437</b>	<b>34%</b>
Encargos sobre o Resultado Corrente	737.098.660	555.232.748	33%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.464.665.401</b>	<b>1.087.285.689</b>	<b>35%</b>

### Margem Financeira

Verificamos que a margem financeira em 2013 obteve um crescimento de 46% face a 2012. O principal impacto deste crescimento deveu-se aos Proveitos de Crédito que cresceram 40% passando de 1.649 milhões de Kwanzas em 2012 para 2.305 milhões de Kwanzas em 2013. O aumento em 10% dos Custos dos Depósitos e a redução dos proveitos de títulos de dívida pública tiveram um impacto negativo, apesar de não ter sido relevante face ao crescimento registado.

	2013	2012	Varição
<b>Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos</b>	<b>2.593.427.664</b>	<b>1.986.007.750</b>	<b>31%</b>
Proveitos de crédito	2.304.709.971	1.649.416.872	40%
Proveitos de aplicações de liquidez	167.731.778	153.853.364	9%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	120.985.915	182.737.514	-34%
Proveitos de instrumentos financeiros derivados	0	0	-
<b>Custos de Instrumentos financeiros Passivos</b>	<b>921.710.906</b>	<b>841.365.668</b>	<b>10%</b>
Custos de depósitos	921.185.939	837.097.912	10%
Custos de instrumentos financeiros derivados	500.453	0	-
Custos de captações para liquidez	24.514	4.267.756	-99%
Custos de captações com títulos e valores mobiliários	0	0	-
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>1.671.716.758</b>	<b>1.144.642.081</b>	<b>46%</b>

### Resultados de Operações Cambiais

Os resultados de operações cambiais cresceram 64% em 2013 face ao exercício anterior. Apesar de termos registado um forte aumento do proveito em resultados de reavaliação cambial (485%), o seu valor nominal não é significativo face ao resultado de operações cambiais que registou um aumento de 62%, suportado num crescimento do número de operações de estrangeiro de 56,84%, levando o resultado final em 2013 para 2.044 milhões de Kwanzas face a 1.245 milhões de Kwanzas em 2012.

	2013	2012	Varição
Resultados de Operações Cambiais	2.006.304.226	1.238.926.095	62%
Resultados de Reavaliação Cambial	38.117.822	6.518.586	485%
<b>RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>	<b>2.044.422.049</b>	<b>1.245.444.681</b>	<b>64%</b>

### Resultados de Prestação de Serviços Financeiros

O crescimento verificado nas operações de estrangeiro teve um impacto importante nos resultados de prestação de serviços financeiros que cresceram em 2013 para 1.074 milhões de Kwanzas face a 824 milhões de Kwanzas registados em 2012. O principal impacto nesta rubrica continua a ser, à semelhança do exercício anterior, as comissões associadas às operações de estrangeiro (501 milhões de Kwanzas), montagem de operações (188 milhões de Kwanzas), compra e venda de moeda estrangeira (129 milhões de Kwanzas) e abertura de créditos documentários (112 milhões de Kwanzas). Do lado dos custos, em 2013 deu-se início ao registo do custo de correspondente associado às operações de estrangeiro que até à data estava a ser reproduzido numa rubrica de custos de terceiros.

	2013	2012	Varição
<b>Comissões / Prestação de Serviços Recebidos</b>	<b>1.218.733.676</b>	<b>840.845.065</b>	<b>45%</b>
Operações de estrangeiro	501.480.140	315.924.509	59%
Montagem operação	188.256.779	84.953.899	122%
Compra e venda de moeda estrangeira	128.924.758	95.350.091	35%
Abertura créditos documentários	111.671.834	60.139.901	86%
Abertura/Renovação C/CC	96.638.443	80.043.474	21%
Garantias prestadas	90.020.467	52.559.591	71%
Imobilização C/CC	19.751.849	17.910.790	10%
Outras Comissões	18.767.860	87.167.731	-78%
Movimentos ATM FNB	32.855.750	25.977.715	26%
Movimentos TPA FNB	21.730.779	12.752.659	70%
Outras Prestações de Serviços	8.635.016	8.064.705	7%
<b>Comissões / Prestação de Serviços Pagos</b>	<b>145.023.110</b>	<b>17.089.928</b>	<b>749%</b>
Operações de estrangeiro	121.746.403	4.694.985	2493%
Serviços bancários	9.957.890	4.922.216	102%
Outros	13.318.817	7.472.727	78%
<b>RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	<b>1.073.710.565</b>	<b>823.755.137</b>	<b>30%</b>

### Outros Proveitos e Custos Operacionais

Os custos operacionais devido ao aumento da actividade do banco registaram um crescimento de 31%, esta evolução está directamente ligada à necessidade de reforço das equipas nos balcões e serviços centrais, onde se verificou um aumento dos custos com pessoal em 41%, e, com o aumento da actividade e necessidade de maior contratação de serviços terceiros, onde se verificou um aumento de 15%. No exercício de 2013 procedeu-se ao registo de provisões sobre bens próprios no valor de 61 milhões de Kwanzas, de modo a reflectir correctamente o valor de mercado dos mesmos.

	2013	2012	Varição
<b>Custos Administrativos e de Comercialização</b>	<b>1.514.152.991</b>	<b>1.172.464.774</b>	<b>29%</b>
Custos com Pessoal	725.555.959	513.068.516	41%
Fornecimento de Terceiros	723.738.916	627.853.744	15%
Depreciações e Amortizações	188.851.132	130.523.192	45%
Outros	34.908.560	8.472.274	312%
Recuperação de Custos Administrativos	(158.901.575)	(107.452.953)	48%
<b>Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis</b>	<b>61.415.268</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Outros Proveitos e Custos Operacionais</b>	<b>21.126.500</b>	<b>42.001.821</b>	<b>-50%</b>
<b>OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>1.590.869.604</b>	<b>1.209.965.266</b>	<b>31%</b>

## Resultado não Operacional

O resultado não operacional obteve um crescimento de 519%, apesar de não espectável o principal impacto deveu-se à reversão de provisão registada em 2012 sobre o IAC associado a operações overnight em Mercado Monetário Interbancário registado como Outros.

	2013	2012	Varição
<b>Proveitos não Operacionais</b>	<b>79.996.548</b>	<b>20.837.108</b>	<b>284%</b>
Recebimento de Juros de Exercícios Anteriores	30.109.453	20.837.108	44%
Outros	49.887.095	0	-
<b>Custos não Operacionais</b>	<b>11.354.252</b>	<b>9.741.142</b>	<b>17%</b>
Anulação de Juros de Exercícios Anteriores	11.342.252	9.741.142	16%
Outros	12.000	0	-
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>68.642.296</b>	<b>11.095.967</b>	<b>519%</b>

## Solvabilidade

O Finibanco apresentou um reforço dos seus Fundos Próprios Regulamentares em 2013 de 12%, o crescimento verificado (de 6.953 milhões de Kwanzas em 2012 para 7.817 milhões de Kwanzas em 2013) deve-se essencialmente ao Resultado Líquido acumulado do exercício.

O crescimento do Finibanco, comprovado pelo aumento em 136% dos Activos Ponderados pelo Risco, levou a uma redução do rácio de solvabilidade, contudo, os 20% do rácio actualmente registado, acima dos 10% impostos pelo Banco Central, permanece a um nível muito positivo e de maior potencial para rentabilizar os capitais próprios. Consideramos que os valores actualmente apresentados são o garante de um Banco com uma estabilidade e solidez de referência no mercado Angolano.

	2013	2012	Varição
<b>Fundos Próprios de Base nível 1</b>	<b>8.340.275.649</b>	<b>7.185.610.248</b>	<b>16%</b>
Resultado	1.464.665.401	1.087.285.689	
Capital	4.181.999.740	4.181.999.740	
Reserva de actualização monetária do capital social	0	0	
Reserva legal	678.713.085	461.255.947	
Reserva especial	0	0	
Outras reservas	2.014.897.423	1.455.068.872	
Lucros e prejuízos transitados	0	0	
<b>Dedução aos Fundos Próprios de Base</b>	<b>(522.925.765)</b>	<b>(232.272.598)</b>	<b>125%</b>
Acções ou quotas próprias em tesouraria	0	0	
Empréstimos com natureza de capital	0	0	
Imobilizações financeiras	(23.729.921)	(23.729.921)	
Imobilizações incorpóreas	(499.195.844)	(208.542.677)	
<b>Fundos Próprios Complementares nível 2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Fundo social	0	0	
Outros fundos	0	0	
Dividas subordinadas	0	0	
Instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD)	0	0	
Reservas de reavaliação	0	0	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES</b>	<b>7.817.349.884</b>	<b>6.953.337.650</b>	<b>12%</b>
Total dos Activos Ponderados pelo Risco	33.169.884.035	14.070.206.474	136%
Rácio de Solvabilidade	20%	44%	- 24 pp

## Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi apurado, como resultado líquido o valor de 1.464.665.401 (mil quatrocentos e sessenta e quatro milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e um Kwanzas).

Tendo em conta o equilíbrio entre as necessidades regulamentares de manutenção dos fundos próprios, o crescimento e consolidação no mercado Angolano do Finibanco Angola, S.A. e a remuneração do investimento dos accionistas nos termos adequados, propõe-se que os resultados apurados tenham a seguinte aplicação:

RESERVA LEGAL

**AOA 292.933.080**

(duzentos e noventa e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e oitenta Kwanzas)

RESERVA LIVRE

**AOA 761.732.321**

(setecentos e sessenta e um milhões e setecentos e trinta e dois mil e trezentos e vinte e um Kwanzas)

DIVIDENDOS

**AOA 410.000.000**

(quatrocentos e dez milhões de Kwanzas)

Esta proposta permite cumprir com os objectivos referidos nos considerandos.

Luanda, 10 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



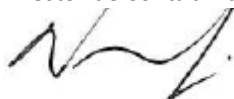
## Demonstrações Financeiras

### Finibanco Angola, S.A.

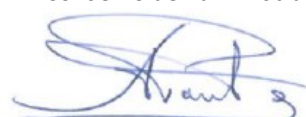
#### Balanço em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Activo</b>			
Disponibilidades	3	11 856 943	9 863 689
Aplicações de liquidez			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	11 650 802	5 000 847
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos até ao vencimento	5	2 334 187	1 311 412
Créditos no sistema de pagamentos	6	1 185 446	312 186
Créditos	7	21 708 020	10 012 383
Créditos		23 103 650	10 873 975
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1 395 630)	( 861 592)
Outros valores	8	755 756	733 661
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	9	23 730	23 730
Imobilizações corpóreas	10	4 588 813	1 232 012
Imobilizações incorpóreas	11	499 196	208 543
<b>Total do Activo</b>		<b>54.602.893</b>	<b>28.698.463</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos			
Depósitos à ordem	12	25 320 615	10 098 990
Depósitos a prazo	12	17 176 370	9 246 372
Instrumentos Financeiros Derivados	13	597	-
Obrigações no sistema de pagamentos	6	2 592 013	787 227
Outras captações			
Outras captações contratadas	14	69	-
Outras obrigações	15	1 118 231	1 363 959
Provisões para responsabilidades prováveis	16	54 722	16 304
<b>Total do Passivo</b>		<b>46.262.617</b>	<b>21.512.852</b>
<b>Fundos próprios</b>			
Capital social	17	4 182 000	4 182 000
Reservas e fundos	18	2 693 611	1 916 325
Resultado do exercício		1 464 665	1 087 286
<b>Total dos Fundos Próprios</b>		<b>8.340.276</b>	<b>7.185.611</b>
		<b>54.602.893</b>	<b>28.698.463</b>

Director de Contabilidade



Conselho de Administração

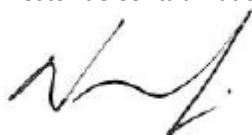


**Finibanco Angola, S.A.**

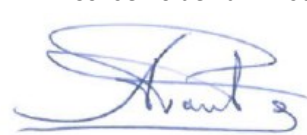
**Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

	Notas	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Margem financeira</b>	20	1 671 716	1 144 641
Proveitos de instrumentos financeiros activos			
Proveitos de aplicações de liquidez		167.732	153.853
Proveitos de títulos e valores mobiliários		120.985	182.737
Proveitos de crédito		2.304.710	1.649.417
Custos de instrumentos financeiros passivos			
Custos de depósitos		921.186	837.098
Custos de captações para liquidez		25	4.268
Custos de instrumentos financeiros derivados		500	-
Resultados de operações cambiais	21	2.044.422	1.245.445
Resultados de prestação de serviços financeiros	22	1.073.711	823.755
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	23	1.065.858	282.098
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		3 723 991	2 931 743
Custos administrativos e de comercialização			
Pessoal	24	725.556	513.068
Fornecimentos de terceiros	25	723.739	627.854
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	26	17.997	2.279
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	27	1.092	3.287
Outros custos administrativos e de comercialização	28	15.819	2.906
Depreciações e amortizações	29	188.851	130.523
Recuperação de custos	30	(164.727)	(111.954)
Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis	31	61.415	-
Outros proveitos e custos operacionais	32	21.127	32.358
<b>Outros proveitos e custos operacionais</b>		1 590 869	1 200 321
<b>Resultado operacional</b>		2 133 122	1 731 422
Resultado não operacional	33	68.642	11.097
<b>Resultado antes dos impostos e outros encargos</b>		2 201 764	1 742 519
Encargos sobre o resultado corrente	34	737.099	555.233
<b>Resultado do exercício</b>		1 464 665	1 187 286

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



**Finibanco Angola, S.A.**

**Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

	<b>Total dos fundos próprios AOA '000</b>	<b>Capital social AOA '000</b>	<b>Reserva legal AOA '000</b>	<b>Prémio de emissão AOA '000</b>	<b>Outras reservas AOA '000</b>	<b>Resultado do exercício AOA '000</b>
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	3.500.325	1.332.000	285.306	148.000	855.269	879.750
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	175.950	-	-	(175.950)
Outras reservas	-	-	-	-	451.800	(451.800)
Distribuição de resultados (nota 17)	(252.000)	-	-	-	-	(252.000)
Aumento de capital (nota 17)	2.850.000	2.850.000	-	-	-	-
Resultado do exercício	1.087.286	-	-	-	-	1.087.286
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	7.185.611	4.182.000	461.256	148.000	1.307.069	1.087.286
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	217.457	-	-	(217.457)
Outras reservas	-	-	-	-	559.829	(559.829)
Distribuição de resultados (nota 17)	(310.000)	-	-	-	-	(310.000)
Resultado do exercício	1.464.665	-	-	-	-	1.464.665
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	8.340.276	4.182.000	678.713	148.000	1.866.898	1.464.665

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**para os anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Fluxos de caixa da margem financeira</b>	1.603.119	1 144 641
<b>Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos</b>	2.480.282	1 986 007
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	167.776	153 853
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	120.986	182 737
Recebimentos de proveitos de crédito	2.191.520	1 649 417
<b>(-) Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos</b>	877.163	841 366
Pagamentos de custos de depósitos	877.138	837 098
Pagamentos de custos de captações para liquidez	25	-
Pagamentos de Custos de Outras Captações	-	4 268
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	2.038.527	1 245 445
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	1.073.711	823 755
<b>Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira</b>	<b>4.715.357</b>	<b>3 213 841</b>
<b>Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais</b>	(1.152.466)	(1 254 141)
(-) Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	-	(1 138 297)
(-) Pagamentos de outros encargos sobre o resultado	(555.233)	(555 233)
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamentos	931.525	139 884
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	(1.569.047)	219 909
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	40.289	79 596
<b>Fluxo de caixa das operações</b>	<b>3.562.891</b>	<b>1 959 700</b>
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(20.359.552)	(6 380 395)
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	(6.650.000)	(5 000 847)
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(1.022.775)	2 205 124
Fluxo de caixa dos investimentos em crédito	(12.686.777)	(3 584 672)
Fluxo de caixa dos investimentos em outros valores	(61.415)	-
Fluxo de caixa das imobilizações	(3.767.663)	(340 429)
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(3.836.305)	(340 429)
Fluxo de caixa dos resultados na alienação de imobilizações	1.043	-
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não operacionais	67.599	-
<b>Fluxo de caixa dos investimentos</b>	<b>(24.188.630)</b>	<b>(6 720 824)</b>
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	23.107.741	2 841 740
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	23.107.576	3 287 201
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações para liquidez	69	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com instrumentos financeiros derivados	96	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	-	(445 461)
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(488.748)	2 693 945
Recebimentos por aumentos de capital	-	2 850 000
(-) Pagamentos de dividendos	(488.748)	(156 055)
<b>Fluxo de caixa dos financiamentos</b>	<b>22.618.993</b>	<b>5 535 685</b>
Saldo em disponibilidades no início do período	9.863.689	9 089 128
Saldo em disponibilidades no final do período	11.856.943	9 863 689
Variações em disponibilidades	1.993.254	774 561

O Director de Contabilidade



O Conselho de Administração





## Notas às Demonstrações Financeiras

### 1 Constituição e Actividade

O Finibanco Angola, S.A., que usa a marca Finibanco (adiante designado por “Finibanco” ou “Banco”), trata-se de um Banco de capitais privados angolanos e estrangeiros constituído por Escritura Pública de 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda. O Finibanco opera e tem sede social em Angola, na Travessa Engrácia Fragoso, n.º 24, R/C, Ingombota, Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no BNA, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2013, de uma rede de 13 balcões e de 2 centros de empresas (11 balcões e 1 centro de empresas em 31 de Dezembro de 2012).

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. De referir que a 4 de Setembro de 2013, o Finibanco Holding alterou a sua designação para Montepio Holding, S.G.P.S., S.A..

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na nota 17, o Banco é detido maioritariamente pelo Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (“CONTIF”) requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 2.2 r).

## 2 Principais políticas contabilísticas

### 2.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente através da Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos, quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As Demonstrações Financeiras do Finibanco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Fevereiro de 2014.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das Demonstrações Financeiras agora apresentadas.

As Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5.º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro 2013 e 2012, o câmbio do Kwanza (AOA) face às divisas a que o Banco se encontra mais exposto eram os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
1 USD	97,619	95,826
1 EUR	134,387	126,375

## 2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação as Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior;
- na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

### b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício no momento em que ocorrem à taxa média.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nas taxa de câmbio de referência do BNA. As diferenças são registadas como custos ou proveitos do exercício.

- Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

- Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contractos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registado nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

## c) Créditos

### Classificação do crédito

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subsequentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Por conseguinte, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das Demonstrações Financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente ou grupo económico, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem da avaliação efectuada, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, de acordo com a seguinte tabela:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
Tempo incorrido desde a data de incumprimentos	Até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

#### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias**

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (nota 7) e as provisões para garantias prestadas, avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço e limites irrevogáveis de crédito são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis” (nota 16).

#### **Créditos transferidos para prejuízos**

Uma operação de crédito classificação em Classe G durante 180 dias, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e faz uma utilização da respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

#### **Recuperação dos créditos transferidos para prejuízo**

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de “Resultado não operacional”.

#### **Renegociação dos créditos**

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

#### **Apropriação de proveitos**

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como, não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

### **d) Locações**

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

#### **Locação Financeira vs Locação Operacional**

Os contractos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação. As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis mediante contractos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens mediante contractos de locação operacional, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de contrato a que respeitam.

### **Locações como locatário**

Em 31.12.2013 o Banco não detinha quaisquer contractos de locação financeira nem de locação operacional como locatário.

### **Locações como locador**

Os contractos de locação existentes são de natureza financeira (Leasing (ver nota 7 às Demonstrações Financeiras)) e estão registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **e) Títulos e valores mobiliários**

### **Classificação dos títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos.

O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- **Títulos para negociação**

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

- **Títulos disponíveis para venda**

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

- **Títulos mantidos até o vencimento**

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento. As acções são resgatáveis, pelo que, não podem ser classificadas na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda, pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou, em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

#### **Títulos de dívida pública**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola. O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do BNA no Nível A.

Os Títulos do Banco Central, os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Os rendimentos de títulos da dívida pública emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei N.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelo Decreto Presidencial N.º 259/10, de 18 de Novembro (que veio revogar e substituir os anteriores diplomas que procediam à dita regulamentação, nomeadamente o Decreto N.º 51/03 e o Decreto N.º 52/03, ambos de 8 de Julho), gozam de isenção de todos os impostos.

Nos termos da alínea c) do número 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial é prevista uma exclusão de tributação em sede deste imposto para este tipo de rendimentos.



O Decreto Legislativo Presidencial N.º 5/11, de 30 de Dezembro, introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) sobre os juros dos bilhetes do tesouro e das obrigações do tesouro. Contudo, o Artigo 2.º do diploma em apreço prevê que a sujeição a imposto apenas se aplica aos títulos adquiridos após a entrada em vigor da Lei.

### **Valor de mercado**

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexante; e
- Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

### **Transferência de títulos entre categorias**

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, sendo a respectiva transferência devidamente documentada.

A eventual transferência para categoria diversa, deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- Na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não é efectuado o estorno dos valores já registados no resultado, decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, são reconhecidos no resultado do período:
  - Imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
  - Em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;
- Na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos:
  - Imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
  - Como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

### **Imparidade**

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários, devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas, passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Não é efectuada em qualquer circunstância a reversão destas perdas.

## f) Instrumentos Financeiros Derivados

As operações realizadas pelo Banco com instrumentos financeiros derivados são registadas conforme a sua finalidade de cobertura ou não (*hedge* ou especulação e arbitragem), verificando-se os seguintes procedimentos:

- As operações a termo são registadas na data da operação, pelo valor do preço à ordem do bem ou direito e a diferença entre esse e o valor final do contrato é reconhecida como proveitos ou custos, em razão do prazo de fluência dos contractos, sendo pelo menos numa periodicidade mensal;
- As operações com opções são registadas na data da operação, o valor dos prémios pagos ou recebidos na adequada conta de activo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até a data de exercício da opção, quando então deve ser reconhecido como custo ou proveito, conforme o caso;
- As operações com futuros são registadas pelo valor do ajuste diário na adequada conta de activo ou passivo, sendo registado como proveito ou custo numa periodicidade mensal;
- As operações de swap são registadas pelo diferencial a receber ou a pagar na adequada conta de activo ou passivo, sendo registado como proveito ou custo numa periodicidade mensal;
- As operações com outros instrumentos financeiros derivados, são analisadas individualmente e registadas em contas de activo ou passivo de acordo com as características do contrato.

O valor de referência (valor nocional) dos instrumentos financeiros derivados utilizados nas operações mencionadas, são registados em contas extrapatrimoniais.

As operações com instrumentos financeiros derivados, são valorizadas pelo valor de mercado, numa periodicidade mensal, registando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida de custos ou proveitos, no resultado do período.

A metodologia de apuramento do valor de mercado é estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, levando em consideração a independência na recolha de dados em relação às taxas praticadas.

Os instrumentos financeiros derivados são contabilizados em função da natureza e objectivo do respectivo instrumento, podendo para o efeito ser registados como:

- **Especulação e Arbitragem**, operações com o objectivo de especular e arbitrar no mercado ou que não se enquadrem nas outras classes e detenham todos os requisitos de classificação;
- **Cobertura (*Hedge*) de Valor Justo**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação no justo valor (preços e taxas) do item objecto;
- **Cobertura (*Hedge*) de Fluxo de Caixa**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação no fluxo de caixa futuro do item objecto;
- **Cobertura (*Hedge*) de Investimentos no Exterior**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação cambial de investimentos realizados no exterior.

### Operações de cobertura (*Hedge*)

Estas operações são efectuadas numa óptica de estratégia defensiva que busca evitar perdas em determinadas posições já assumidas ou que ainda o serão no futuro, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelo activo ou passivo colateral de protecção e os instrumentos financeiros utilizados para a realização da cobertura. Devemos salientar que esta estratégia de mitigação do risco também anula a possibilidade de ganhos, sendo o seu objectivo económico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta.

As operações de cobertura (*hedge*) diferenciam-se das demais operações realizadas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados. Existe um reconhecimento simultâneo dos proveitos e dos custos gerados em activos e passivos protegidos e nos instrumentos financeiros derivados designados para a protecção, este mecanismo consiste na aplicação do princípio da especialização, no qual o conceito orientador do registro contabilístico reside na

premissa de atribuir o mesmo critério ao colateral protegido e ao instrumento de cobertura (*hedge*), com ganhos e perdas em resultado ou em fundos próprios, procurando anular-se mutuamente.

Com base na estratégia de contabilização um resultado positivo ou negativo em uma operação coberta deve tender a zero, pois o objectivo intrínseco da cobertura (*hedge*) é neutralizar o risco da operação. Caso ocorram resultados expressivos, positivos ou negativos, significa que a operação de cobertura (*hedge*) perdeu a efectividade e não deve ser tratada como tal.

Considerando que o registo da cobertura (*hedge*) requer o reconhecimento dos resultados positivos e negativos verificados nos instrumentos financeiros (derivados ou não), utilizados para protecção, simultaneamente aos resultados positivos e negativos nas posições do objecto protegido, são indispensáveis os seguintes requisitos:

- Forte correlação negativa entre as variações do preço do colateral de protecção e as variações do preço do instrumento utilizado na protecção;
- O colateral de protecção e o instrumento utilizado na protecção devem ser perfeitamente identificados e ter características semelhantes, com mesma sensibilidade ao risco;
- Documentação formal da relação de protecção, o objectivo e a estratégia da administração para realizar a protecção, discriminando-se o item protegido, a natureza do risco e como será procedida a avaliação da efectividade. A demonstração da intenção ao se estruturar a operação de cobertura (*hedge*) é fundamental à identificação dos critérios que serão aplicados;
- Efectividade na cobertura dos riscos de mudanças no justo valor ou nos fluxos de caixa projectados;
- Avaliação da efectividade da operação com elevado grau de confiabilidade, o que implica mensurar com certeza e precisão o justo valor ou os fluxos de caixa do colateral e o justo valor do instrumento de protecção;
- No caso de se tratar de cobertura (*hedge*) de fluxo de caixa, grande probabilidade de ocorrência da operação projectada, sendo que deve ser evidenciada a exposição às variações que possam causar impacto nos resultados esperados;
- Acompanhamento das operações de cobertura (*hedge*) de forma sistemática, visando demonstrar o alto grau de efectividade durante todo o período.

O não cumprimento de todos os requisitos acima descrito deverá implicar a contabilização do instrumento financeiro derivado como Especulação e Arbitragem.

## **g) Imobilizações financeiras**

### **Participações em outras sociedades**

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os dividendos declarados decorrentes desses investimentos, são registados em resultados do período.

Quando esta se encontra denominada em moeda estrangeira, é objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

### **Outros investimentos**

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

## h) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

### Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e *software*, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente segundo o método das quotas constantes por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

### Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes não ultrapassando as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Número de anos	Taxa de amortização
Imobilizado incorpóreo	3	33%
Imóveis de serviço próprio		
Edifícios	100	1%
Obras em edifícios arrendados	6	16,67%
Mobiliário e material	20	5%
Equipamento informático	6	16,67%
Material de transporte	6	16,67%
Outras imobilizações corpóreas	12 a 20	5% a 8,33%

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a balcões em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos balcões entrarem em funcionamento.

## i) Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de Demonstrações Financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição considera, no mínimo, as seguintes indicações:

- Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- Aumento nas taxas de juro ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;

- Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

**j) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios**

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso n.º 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As Demonstrações Financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária”, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

## **k) Benefícios a colaboradores**

### **Responsabilidades com benefícios pós-emprego**

A Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei n.º 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários íliquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 2/2000 e com os artigos 218.º e 262.º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

### **Remuneração variável paga aos colaboradores**

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de ser pago no ano seguinte.

### **Provisão para férias e subsídio de férias**

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2013, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte (nota 15).

## **l) Impostos**

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72.º, da Lei n.º 18/92, de 3 de Julho, sendo, actualmente, a taxa de Imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5/99, de 6 de Agosto (nota 33).

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras.

### **Imposto corrente**

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

### **Imposto diferido**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis, dão também origem a impostos diferidos activos, quando recuperáveis.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

### **Reforma tributária**

Em 30 de Dezembro de 2011 foi publicado um novo pacote legislativo que altera os principais códigos fiscais angolanos, introduzindo alterações significativas ao nível dos vários impostos que compõem o ordenamento jurídico-fiscal angolano.

Até à data apenas foram publicados os códigos do Imposto do Selo, Imposto sobre a Aplicação de Capitais e Imposto de Consumo. Assim, ainda se encontra em falta a publicação dos códigos do Imposto Industrial, Imposto sobre o Rendimento do Trabalho e Segurança Social.

Nesse sentido, as principais alterações que se espera que venham a ser introduzidas pela reforma fiscal podem ser resumidas como segue:

- Redução da taxa de imposto industrial de 35% para 30%;
- Tributação de variações patrimoniais positivas, com excepção das que decorrem de entradas de capital ou de coberturas de prejuízos efectuadas pelos titulares de capital;
- Limitação dos custos ou perdas dedutíveis e definição de custos e perdas não dedutíveis, sujeitos a tributação autónoma, incluindo custos não devidamente documentados;
- Revogação da tabela das taxas anuais de reintegrações e amortizações, aprovada pela Portaria nº 755/72, de 26 de Outubro, sendo aprovada uma nova tabela pelo Decreto executivo sobre amortizações e reintegrações do imobilizado;
- Autoliquidação provisória de imposto industrial correspondente a 15% do resultado derivado de operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício anterior.

Salienta-se ainda que no ano de 2013 foi publicado o Estatuto dos Grandes Contribuintes em Angola, que regula determinados direitos e obrigações dos Grandes Contribuintes, nomeadamente na sua relação com a Administração Fiscal. De entre as várias regras deste diploma, é estabelecida a criação do regime de Preços de Transferência entre entidades relacionadas, bem como o Regime de Tributação de Grupos de Sociedades.

**m) Provisões e contingências**

**Provisões**

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

**Contingências passivas**

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

**Contingências activas**

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

**n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões**

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

**o) Resultado por acção**

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.



**p) Bens não de uso próprio**

Os bens não de uso próprio são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco classifica em bens não de uso próprio os bens detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por entidades externas.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

**q) Distribuição de dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de capital próprio após aprovação pelos accionistas.

**r) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Títulos e valores mobiliários mantidos até ao vencimento, Provisões para responsabilidades prováveis, Impostos sobre os lucros e Benefícios a colaboradores.

**s) Fluxos de caixa**

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

**t) Compensação de saldos**

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

### 3 Disponibilidades

Esta rubrica é apresentada como segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Caixa</b>		
Valores em tesouraria - Moeda Nacional	2.579.156	1.443.200
Valores em tesouraria - Moeda Estrangeira	824.206	673.882
<b>Disponibilidades no Banco Central</b>		
Depósitos à ordem - Moeda Nacional	3.752.332	4.007.829
Depósitos à ordem - Moeda Estrangeira	2.513.201	1.115.894
<b>Disponibilidades em instituições de crédito</b>		
No país - cheques a cobrar	75.095	32.111
No estrangeiro - Depósitos à ordem		
Em Dólares dos Estados Unidos	1.638.265	1.774.616
Em Euros	471.442	814.529
Em Randes	2.024	605
Em Libras Esterlinas	16	111
Em Coroas Suecas	751	733
Em Francos Suiços	362	68
Em Ienes Japoneses	93	111
	<b>11.856.943</b>	<b>9.863.689</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Caixa - Valores em tesouraria - Moeda Nacional, apresenta os saldos em cofre, ATM's e fundo de maneio, tal como a rubrica de Caixa - Valores em tesouraria - Moeda Estrangeira diz respeito a valores em cofre em moeda estrangeira.

As Disponibilidades no Banco Central em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas obrigatórias e não são remuneradas.

As reservas mínimas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 3/2013 de 1 de Julho, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem. De referir que o presente Instrutivo agora em vigor veio reduzir a taxa sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda estrangeira de 20% para 15% e reduziu a taxa a deduzir da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda nacional para a exigibilidade em moeda nacional de 25% para 20%.

Por conseguinte, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as exigibilidades de manutenção de reservas obrigatórias foram apuradas através da aplicação de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda nacional. Em 31 de Dezembro de 2013, para os saldos diários dos passivos elegíveis em moeda estrangeira, verificou-se uma redução 5pp face à taxa aplicada em 31 de Dezembro de 2012, ou seja, foi aplicada a taxa de 15% sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda estrangeira, estando prevista a dedução de 20% da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda nacional para a exigibilidade em moeda nacional.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito - No país - cheques a cobrar, corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito que foram apresentados à compensação e que se encontram em cobrança.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto do banco correspondente, inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco sem que para o efeito haver remuneração associada.

#### 4 Aplicações de liquidez

Esta rubrica é apresentada como segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Operações de Mercado Monetário Interfinanceiro</b>		
<b>Aplicações s/ instituições de crédito no país</b>		
Banco Central	6.450.000	-
OIC - Outra Instituição de Crédito	5.200.000	5.000.000
Proveitos a receber	802	847
	<b>11.650.802</b>	<b>5.000.847</b>

As aplicações efectuadas pelo Banco em instituições de crédito no país ou junto do Banco Nacional de Angola são efectuadas tendo por base a política de gestão de excedentes de liquidez no mercado monetário interfinanceiro.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
Muito curto prazo - inferior a 3 dias	11.650.802	5.000.847
	<b>11.650.802</b>	<b>5.000.847</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
Em Kwanzas	2,73%	6,18%

Durante o exercício de 2013, o Banco efectuou as suas aplicações de liquidez junto de outras instituições de crédito a uma taxa média de 5,96%, face ao exercício de 2012 onde a taxa de remuneração média das suas aplicações foi de 5,69%.

Durante o exercício de 2013, o Banco efectuou as suas aplicações de liquidez junto do Banco Central de Angola a uma taxa média de 1,00%, face ao exercício de 2012 onde a taxa de remuneração média das suas aplicações foi de 2,28%.

## 5 Títulos e valores mobiliários

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Títulos mantidos até ao vencimento</b>		
Obrigações do Tesouro		
Em moeda nacional	313.093	312.957
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	2.021.094	998.455
	<b>2.334.187</b>	<b>1.311.412</b>

A 31 de Dezembro de 2013, a carteira de títulos do banco era composta exclusivamente por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente, Obrigações do Tesouro em moeda nacional e Obrigações do tesouro indexadas ao Dólar dos Estados Unidos da América, emitidas em 2012 com vencimento a 2 anos e 2013 com vencimento a 2 e 3 anos.

Em 31 de Dezembro de 2013, a composição dos títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

2013										
Nível de Risco	País	Moeda	Emitente	Qdade	Valor de Aquisição AOA '000	Valor Nominal AOA '000	Juros Corridos AOA '000	Valor de Balanço AOA '000	Taxa de Juro média	
Obrigações do Tesouro Em moeda nacional Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AOA	MINF	3.036	303.600	303.600	9.493	313.093	6,98%
	A	Angola	AOA	MINF	16.256	1.961.501	1.985.025	36.069	2.021.094	7,06%
					<b>2.265.101</b>	<b>2.288.625</b>	<b>45.562</b>	<b>2.334.187</b>		

Em 31 de Dezembro de 2012, a composição dos títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

2012										
Nível de Risco	País	Moeda	Emitente	Qdade	Valor de Aquisição AOA '000	Valor Nominal AOA '000	Juros Corridos AOA '000	Valor de Balanço AOA '000	Taxa de Juro média	
Obrigações do Tesouro Em moeda nacional Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AOA	MINF	3.036	303.600	303.600	9.357	312.957	6,98%
	A	Angola	AOA	MINF	8.060	961.558	968.553	29.902	998.455	6,98%
					<b>1.265.158</b>	<b>1.272.153</b>	<b>39.259</b>	<b>1.311.412</b>		

O Finibanco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a potencial existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de títulos mantidos até ao vencimento, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos mantidos até ao vencimento são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística salientada na nota 2.2 e).

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Banco não procedeu a transferências entre carteiras para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Taxa Fixa</b>	2.334.187	1.311.412
	<b>2.334.187</b>	<b>1.311.412</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os títulos em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Em moeda nacional</b>		
Curto Prazo - entre 3 dias e 1 ano	1.328.096	-
Médio Prazo - entre 1 ano e 3 anos	1.006.091	1.311.412
	<b>2.334.187</b>	<b>1.311.412</b>

## 6 Créditos e obrigações no sistema de pagamentos

Os Créditos e obrigações no sistema de pagamentos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresentam-se como segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Créditos no sistema de pagamentos</b>	1.185.446	312.186
Relação entre instituições		
Devedores por operações pendentes de liquidação		
Compensação de valores a receber	27.489	2.519
Outras operações pendentes de liquidação	1.157.942	309.667
Relações com correspondentes		
Ordens de pagamento recebidas	15	-
<b>Obrigações no sistema de pagamentos</b>	2.592.013	787.227
Relação entre instituições		
Obrigações por operações pendentes de liquidação		
Compensação de valores a liquidar	218.338	223.022
Outras operações pendentes de liquidação	1.182.673	326.704
Relações com correspondentes		
Ordens de pagamento emitidas	1.191.002	237.501
	<b>(1.406.567)</b>	<b>(475.041)</b>

A rubrica Créditos no sistema de pagamentos agrega os recursos a receber de operações efectuadas com terceiros que se encontrem em trânsito na instituição.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Devedores por outras operações pendentes de liquidação refere-se à venda de divisas no Mercado Primário efectuada pelo Finibanco, a qual foi regularizada no início de 2014.

As subrubricas Compensação de valores a receber e a liquidar, correspondem a valores pendentes de liquidação, a qual foi efectuada nos dias subsequentes à data de Balanço por intermédio dos respectivos componentes do sistema de pagamentos angolano que funciona em tempo real.

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Obrigações no sistema de pagamentos – Outras obrigações pendentes de liquidação, agrega as obrigações decorrentes de operações efectuadas com outras instituições. O principal impacto nesta rubrica está relacionado com as operações cambiais à vista a liquidar no montante de AOA 1.161.784.000 (2012: AOA 310.462.000), referente a valores a pagar pela aquisição de moeda estrangeira junto de outras instituições, as quais foram regularizadas no início de 2014.

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Ordens de pagamento emitidas – Correspondentes refere-se a operações com o estrangeiro pendentes de liquidação.

## 7 Créditos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Crédito Interno</b>		
Em moeda nacional		
Sector empresarial	12.049.563	7.308.652
Particulares	2.344.623	1.428.289
Em moeda estrangeira		
Sector empresarial	3.192.200	1.679.861
Particulares	2.058.383	259.449
	<u>19.644.769</u>	<u>10.676.251</u>
<b>Crédito ao exterior</b>		
Em moeda nacional		
Particulares	116.558	95.914
Em moeda estrangeira		
Particulares	3.112.687	1.944
	<u>3.229.245</u>	<u>97.858</u>
	<u>22.874.014</u>	<u>10.774.109</u>
Proveitos a receber do crédito concedido	229.636	99.866
	<u>23.103.650</u>	<u>10.873.975</u>
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(1.395.630)	(861.592)
	<u>21.708.020</u>	<u>10.012.383</u>

O crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os proveitos a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas e compromissos irrevogáveis, que são reconhecidos em rubricas extrapatrimoniais.

No âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2013, o saldo de crédito concedido aos colaboradores do Banco, foi de AOA 247.586.000 (2012: AOA 176.022.000).

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representam 67,44% e 49,8% do total da carteira de crédito, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2013, os créditos concedidos a clientes em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 18,32% e 14,20%, respectivamente (2012: 18,87% e 14,06%).

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o tipo de crédito interno, apresenta a seguinte estrutura:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Crédito Interno</b>		
Financiamentos	14.520.718	4.214.925
Contas Correntes Caucionadas	6.974.778	5.262.116
Descobertos em DO's	1.448.195	1.396.934
Leasing	159.959	-
	<u>23.103.650</u>	<u>10.873.975</u>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o prazo residual do crédito vincendo, apresenta a seguinte estrutura:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
Até 3 meses	5.663.171	1.426.558
De 3 meses a 6 meses	4.394.966	8.833.603
De 6 meses a 1 ano	261.724	37.643
De 1 ano a 5 anos	11.962.235	208.361
De 5 anos a 10 anos	288.596	79.879
Mais de 10 anos	532.958	287.931
	<b>23.103.650</b>	<b>10.873.975</b>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do crédito por moeda, apresenta a seguinte a estrutura:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Moeda nacional</b>		
Kwanzas	14.653.262	8.918.897
<b>Moeda estrangeira</b>	8.450.388	1.955.078
	<b>23.103.650</b>	<b>10.873.975</b>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da carteira de crédito e garantias prestadas com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

	<b>2013</b>		<b>2012</b>	
	<b>Crédito</b> <b>AOA '000</b>	<b>%</b>	<b>Crédito</b> <b>AOA '000</b>	<b>%</b>
Actividades imobiliarias	44.850	0,2%	20.873	0,2%
Agricultura e pesca	540.273	2,3%	235.613	2,2%
Comércio por grosso e retalho	3.109.616	13,5%	2.027.188	18,6%
Construção geral	2.414.520	10,5%	1.461.017	13,4%
Industrias extractivas	833.473	3,6%	822.429	7,6%
Industrias transformadoras	698.100	3,0%	1.320.949	12,1%
Outros sectores	7.676.040	33,2%	320.866	3,0%
Particulares	4.504.423	19,5%	1.793.430	16,5%
Prestações de serviços	2.919.537	12,6%	2.666.830	24,5%
Saúde, educação e acção social	20.191	0,1%	110.665	1,0%
Transportes, armazenagem e comunicações	342.627	1,5%	94.115	0,9%
	<b>23.103.650</b>	<b>100%</b>	<b>10.873.975</b>	<b>100%</b>

A 31 de Dezembro de 2012, a composição da carteira de crédito e garantias com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a distribuição da carteira de crédito por província é como segue:

	<b>Código</b>	<b>2013 AOA '000</b>	<b>2012 AOA '000</b>
Luanda	5500	22.563.366	10.008.421
Huambo	3500	347.699	485.980
Benguela	1015	192.585	194.935
Bengo	0500	-	184.639
		<b>23.103.650</b>	<b>10.873.975</b>

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos e proveitos a receber, excluindo crédito indirecto, por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

<b>2013</b>					
<b>Grau de Risco</b>	<b>Crédito vivo AOA '000</b>	<b>Crédito vencido AOA '000</b>	<b>Crédito Total AOA '000</b>	<b>Taxa de Provisão</b>	<b>Provisões AOA '000</b>
B	19.715.574	39.987	19.755.561	1%	200.245
C	1.076.152	131.871	1.208.023	3%	19.745
D	39.852	4.303	44.155	10%	4.415
E	20.539	36.721	57.260	20%	15.130
F	29.319	54.500	83.819	50%	41.158
G	1.346.593	608.239	1.954.832	100%	1.114.937
	<b>22.228.029</b>	<b>875.621</b>	<b>23.103.650</b>		<b>1.395.630</b>

<b>2012</b>					
<b>Grau de Risco</b>	<b>Crédito vivo AOA '000</b>	<b>Crédito vencido AOA '000</b>	<b>Crédito Total AOA '000</b>	<b>Taxa de Provisão</b>	<b>Provisões AKZ '000</b>
B	8.536.434	751.785	9.288.219	1%	91.850
C	294.122	88.991	383.113	3%	11.493
D	18.358	13.934	32.292	10%	3.229
E	73.904	223.692	297.596	20%	59.519
F	223.443	130.509	353.952	50%	176.976
G	392.931	125.872	518.803	100%	518.525
	<b>9.539.192</b>	<b>1.334.783</b>	<b>10.873.975</b>		<b>861.592</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de crédito, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

	<b>2013 AOA '000</b>	<b>2012 AOA '000</b>
<b>Taxa fixa</b>	<b>16.756.158</b>	<b>8.683.811</b>
<b>Taxa variável</b>		
Libor 6 m	21.289	-
Luiبور 6 m	274.726	209.453
Luiبور 12 m	6.051.477	1.980.711
	<b>23.103.650</b>	<b>10.873.975</b>



De 31 de Dezembro de 2012 para 31 de Dezembro de 2013, a migração do risco dos tomadores de crédito pode ser apresentado como se segue:

		2013									Distribuição da carteira em 31-Dez-2012 AOA '000
Grau de Risco	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação / Amortização	Total		
31-dez-12	B	76,98%	7,28%	0,49%	0,36%	0,99%	8,17%	0,11%	5,62%	84,04%	9.137.391
	C	41,93%	24,29%	-	7,11%	16,07%	2,13%	2,70%	5,77%	2,64%	287.147
	D	7,10%	19,93%	-	-	-	70,01%	2,62%	0,34%	0,86%	93.378
	E	1,09%	12,51%	-	2,67%	1,03%	76,06%	6,14%	0,50%	2,61%	284.253
	F	0,93%	-	-	-	-	90,62%	7,34%	1,11%	0,67%	72.903
	G	4,37%	0,29%	-	-	0,05%	56,04%	38,71%	0,54%	9,19%	998.903
	<b>Total</b>	<b>66,28%</b>	<b>7,29%</b>	<b>0,41%</b>	<b>0,56%</b>	<b>1,29%</b>	<b>15,27%</b>	<b>3,95%</b>	<b>4,95%</b>		
<b>Distribuição da carteira de 2012 em 31-Dez-2013 AOA '000</b>											
	<b>7.207.644</b>	<b>792.429</b>	<b>44.856</b>	<b>60.877</b>	<b>140.171</b>	<b>1.660.166</b>	<b>429.561</b>	<b>538.271</b>		<b>10.873.975</b>	
		2012									Distribuição da carteira em 31-Dez-2011 AOA '000
Grau de Risco	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação / Amortização	Total		
31-dez-11	B	52,85%	4,17%	0,91%	1,43%	0,44%	1,06%	0,11%	39,03%	82,55%	6.336.259
	C	38,40%	-	1,85%	7,69%	-	27,25%	0,70%	24,11%	0,82%	63.198
	D	3,34%	-	-	63,08%	-	4,86%	0,48%	28,24%	2,35%	180.363
	E	3,46%	0,69%	1,08%	25,61%	26,38%	7,60%	27,17%	8,01%	2,27%	174.407
	F	-	-	-	67,63%	-	1,67%	24,97%	5,73%	4,74%	363.508
	G	0,37%	0,01%	-	23,53%	-	31,50%	42,97%	1,62%	7,27%	557.772
	<b>Total</b>	<b>44,13%</b>	<b>3,46%</b>	<b>0,79%</b>	<b>8,22%</b>	<b>0,96%</b>	<b>3,76%</b>	<b>5,03%</b>	<b>33,65%</b>		
<b>Distribuição da carteira de 2011 em 31-Dez-2012 AOA '000</b>											
	<b>3.387.016</b>	<b>265.341</b>	<b>61.006</b>	<b>630.891</b>	<b>73.900</b>	<b>288.424</b>	<b>386.204</b>	<b>2.582.725</b>		<b>7.675.507</b>	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2012, no montante de AOA 7.670.309, 70,54% não sofreram mudança de nível em 31 de Dezembro de 2013. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 2,13% dos créditos diminuíram de nível de risco e 18,43% migraram para níveis de risco mais gravosos.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a movimentação das provisões para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Saldo a 1 de Janeiro	861.592	846.514
Dotação do exercício	2.165.450	725.912
Reversão do exercício	(1.122.534)	(324.630)
Utilização da imparidade	(508.878)	(386.204)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>1.395.630</b>	<b>861.592</b>

O montante de créditos transferidos para prejuízos durante o exercício de 2013 ascende a AOA 508.878.000 (2012: AOA 386.204.000).

## 8 Outros valores

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Outros valores de natureza fiscal</b>		
Antecipação de imposto industrial	233.893	329.558
Outros	60	73
<b>Outros valores de natureza cível</b>		
Devedores diversos	199.400	137.524
<b>Outros valores de natureza administrativa e comercial</b>		
Custos diferidos	82.910	44.565
Outros	3.206	9.992
Adiantamentos a fornecedores	216.287	117.118
<b>Bens não de uso próprio</b>	81.415	94.831
<b>Provisões específicas para perdas</b>	(61.415)	-
	<b>755.756</b>	<b>733.661</b>

A rubrica Devedores diversos inclui prestações suplementares à EMIS no valor de AOA 8.803.000 (2012: AOA 14.111.000), no âmbito da adesão do Banco à Rede Multicaixa.

A rubrica Devedores diversos inclui também o valor de AOA 26.468.000 (2012: AOA 25.981.000) referente a um adiantamento à Associação Angolana de Bancos ("ABANC"), no âmbito do processo de aquisição de um imóvel para futura sede social da Associação.

A rubrica Custos diferidos é composta na sua maioria pelo montante de AOA 42.850.000 (2012: AOA 33.852.000) referente a despesas antecipadas com rendas e alugueres, ao valor de AOA 21.105.000 (2012: AOA 4.840.000) respeitante a contractos por prestação de serviços e ao valor de AOA 11.307.000 (2012: AOA 5.127.000) pela contratualização de seguros pagos antecipadamente.

A rubrica Adiantamentos a fornecedores no montante de AOA 216.287.000 (2012: AOA 117.118.000), refere-se a adiantamentos efectuados pelo Banco a fornecedores por conta de aquisição de bens ou prestação de serviços por terceiros.

A rubrica Bens não de uso próprio inclui os bens recebidos por incumprimento de crédito no montante de AOA 81.415.000 (2012: AOA 94.831.000), tendo-se registado a provisão no montante de AOA 61.415.000 face à expectativa de perdas em causa, conforme nota 31.

## 9 Imobilizações financeiras

Esta rubrica é apresentada como segue:

Participada	Sede	Actividade	Capital Social AOA '000	2013		2012	
				% de participação	Valor de participação AOA '000	% de participação	Valor de participação AOA '000
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, Lda	Luanda	Serviços Bancários	1.518.000	2,08%	23.730	2,08%	23.730
					<b>23.730</b>		<b>23.730</b>

A EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. ("EMIS") foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares.

No exercício de 2012 a EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. procedeu a um aumento de capital, tendo o Banco investido o montante de AOA 5.138.000, correspondente à sua percentagem de participação, deste essa altura não houve qualquer alteração da estrutura accionista.

## 10 Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Imóveis de uso</b>		
Terrenos	179.870	97.200
Edifícios	704.932	423.484
Grandes reparações	82.352	79.782
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e material	270.408	65.036
Máquinas e ferramentas	33.968	21.155
Equipamento informático	204.609	152.224
Instalações interiores	148.960	114.954
Material de transporte	149.027	106.079
Equipamento de segurança	57.638	54.129
<b>Outras imobilizações corpóreas</b>	31.321	31.321
<b>Imobilizações em curso</b>		
Imóveis	2.774.950	178.106
Equipamento	176.400	50.485
Outros	20.140	3.103
	<b>4.834.575</b>	<b>1.377.058</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Imóveis de uso	(49.259)	(13.971)
Equipamento	(196.503)	(131.075)
	<b>(245.762)</b>	<b>(145.046)</b>
	<b>4.588.813</b>	<b>1.232.012</b>

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2013, são apresentados como segue:

	2012		2013				
	Valor Bruto AOA '000	Amortizações Acumuladas AOA '000	Aquisições AOA '000	Regularizações /Transferências AOA '000	Amortizações do Exercício AOA '000	Abates AOA '000	Valor Líquido AOA '000
<b>Imóveis de uso</b>	600.466	13.971	23.535	343.153	35.288	-	917.895
<b>Equipamento</b>							
Mobiliário e material	65.036	7.897	205.372	-	7.249	-	255.262
Máquinas e ferramentas	21.155	2.864	9.243	3.570	1.375	-	29.729
Equipamento informático	152.224	62.715	29.421	22.964	28.961	-	112.933
Instalações interiores	114.954	10.749	33.156	850	6.581	-	131.630
Material de transporte	106.079	36.587	49.730	-	22.170	1.057	95.995
Equipamento de segurança	54.129	6.839	3.509	-	3.251	-	47.548
<b>Outras imobilizações corpóreas</b>	31.321	3.424	-	-	1.566	-	26.331
<b>Imobilizações em curso</b>							
Imóveis	178.106	-	2.963.046	(366.202)	-	-	2.774.950
Equipamento	50.485	-	393.285	(267.370)	-	-	176.400
Outros	3.103	-	105.040	(88.003)	-	-	20.140
	<b>1.377.058</b>	<b>145.046</b>	<b>3.815.337</b>	<b>(351.038)</b>	<b>106.441</b>	<b>1.057</b>	<b>4.588.813</b>

Nota: A rubrica Abates regista o valor bruto de imobilizado líquido de amortizações acumuladas.

Nos exercícios de 2013 e 2012, as adições ocorridas na rubrica Imóveis – Imobilizações em curso estão relacionadas, essencialmente com despesas incorridas com a abertura de novos balcões.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Imóveis - Imobilizações em curso no montante de AOA 2.774.950.000, refere-se em grande parte ao investimento em curso para a nova sede do Banco.

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2012, são apresentados como segue:

	2011		2012				Valor líquido AOA '000
	Valor Bruto AOA '000	Amortizações	Aquisições AOA '000	Regularizações	Amortizações do Exercício AOA '000	Abates AOA '000	
		Acumuladas AOA '000		/Transferências AOA '000			
<b>Imóveis de uso</b>	462.188	2.564	138.278	-	11.407	-	586.495
<b>Equipamento</b>							
Mobiliário e material	58.303	4.716	6.733	-	3.181	-	57.139
Máquinas e ferramentas	19.794	1.719	1.361	-	1.145	-	18.291
Equipamento informático	126.504	39.525	25.720	-	23.190	-	89.509
Instalações interiores	77.048	5.535	37.906	-	5.214	-	104.205
Material de transporte	77.533	20.708	28.546	-	15.879	-	69.492
Equipamento de segurança	50.107	3.944	4.022	-	2.895	-	47.290
<b>Outras imobilizações corpóreas</b>	29.157	1.858	2.164	-	1.566	-	27.897
<b>Imobilizações em curso</b>							
Imóveis	178.106	-	-	-	-	-	178.106
Equipamento	50.485	-	-	-	-	-	50.485
Outros	3.103	-	-	-	-	-	3.103
	<b>1.132.328</b>	<b>80.569</b>	<b>244.730</b>	<b>-</b>	<b>64.477</b>	<b>-</b>	<b>1.232.012</b>

## 11 Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Sistema de tratamento automático de dados - Software	204.942	181.253
Gastos de organização e expansão	387.741	113.546
Benfeitorias em imóveis terceiros	192.865	117.685
Outras imobilizações incorpóreas	6.067	6.067
	<b>791.615</b>	<b>418.551</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Sistema de tratamento automático de dados - Software	(114.727)	(82.587)
Gastos de organização e expansão	(107.453)	(77.192)
Benfeitorias em imóveis terceiros	(69.534)	(49.753)
Outras imobilizações incorpóreas	(705)	(476)
	<b>(292.419)</b>	<b>(210.008)</b>
	<b>499.196</b>	<b>208.543</b>

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2013, são apresentados como segue:

	2012		2013				
	Valor Bruto AOA '000	Amortizações	Aquisições AOA '000	Regularizações	Amortizações	Abates AOA '000	Valor líquido AOA '000
		Acumuladas AOA '000		/Transferências	do Exercício		
Sistema tratamento automático de dados	181.253	82.587	20.728	2.961	32.140	-	90.215
Gastos de organização e expansão	113.546	77.192	-	274.195	30.261	-	280.288
Benfeitorias em imóveis de terceiros	117.685	49.753	1.298	73.882	19.781	-	123.331
Outras imobilizações incorpóreas	6.067	476	-	-	228	1	5.362
	<b>418.551</b>	<b>210.008</b>	<b>22.026</b>	<b>351.038</b>	<b>82.410</b>	<b>1</b>	<b>499.196</b>

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2012, são analisados como segue:

	2011		2012				
	Valor Bruto AOA '000	Amortizações	Aquisições AOA '000	Regularizações	Amortizações	Abates AOA '000	Valor líquido AOA '000
		Acumuladas AOA '000		/Transferências	do Exercício		
Sistema tratamento automático de dados	141.228	55.226	40.025	-	27.361	-	98.666
Gastos de organização e expansão	113.546	58.268	-	-	18.924	-	36.354
Benfeitorias em imóveis de terceiros	117.685	30.139	-	-	19.614	-	67.932
Outras imobilizações incorpóreas	537	329	5.530	-	147	-	5.591
	<b>372.996</b>	<b>143.962</b>	<b>45.555</b>	<b>-</b>	<b>66.046</b>	<b>-</b>	<b>208.543</b>

## 12 Depósitos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Depósitos à ordem	25.320.615	10.098.990
Depósitos a prazo	17.176.370	9.246.372
	<b>42.496.985</b>	<b>19.345.362</b>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a composição dos depósitos à ordem é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Depósitos à ordem residentes</b>		
Sector público	101.660	1.482
Empresas	18.468.417	6.011.312
Particulares	4.579.125	2.744.589
Outros sectores	453.057	391.831
	<b>23.602.259</b>	<b>9.149.214</b>
<b>Depósitos à ordem não residentes</b>		
Empresas	797.487	298.340
Particulares	920.869	651.436
	<b>1.718.356</b>	<b>949.776</b>
	<b>25.320.615</b>	<b>10.098.990</b>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a composição dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Depósitos a prazo residentes</b>		
Sector público	4.611	-
Empresas	9.812.052	4.482.162
Particulares	5.263.224	3.465.996
Outros sectores	575.890	258.430
	<u>15.655.777</u>	<u>8.206.588</u>
<b>Depósitos a prazo não residentes</b>		
Empresas	585.601	263.924
Particulares	934.992	775.860
	<u>1.520.593</u>	<u>1.039.784</u>
	<u><b>17.176.370</b></u>	<u><b>9.246.372</b></u>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a composição da carteira de depósitos por moeda nacional e estrangeira é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Moeda nacional</b>		
Depósitos à ordem	17.395.891	8.304.725
Depósitos a prazo	9.472.652	4.480.123
	<u>26.868.543</u>	<u>12.784.848</u>
<b>Moeda estrangeira</b>		
Depósitos à ordem	7.924.724	1.794.265
Depósitos a prazo	7.703.718	4.766.249
	<u>15.628.442</u>	<u>6.560.514</u>
	<u><b>42.496.985</b></u>	<u><b>19.345.362</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2013, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2013		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante AOA '000
<b>Moeda nacional</b>			
Kwanzas	4,80%	9.472.652	9.472.652
<b>Moeda estrangeira</b>			
Dólares dos Estados Unidos	3,04%	71.704	6.999.701
Euros	2,75%	5.239	704.017
			<u><b>17.176.370</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2012, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2012		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante AOA '000
<b>Moeda nacional</b>			
Kwanzas	6,45%	4.480.123	4.480.123
<b>Moeda estrangeira</b>			
Dólares dos Estados Unidos	4,72%	47.860	4.586.271
Euros	3,16%	1.424	179.978
			<u><b>9.246.372</b></u>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição por prazos residuais de vencimento dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Até 3 meses	11.480.011	7.158.315
De 3 meses a 6 meses	3.031.148	717.815
Mais de 6 meses	2.665.211	1.370.242
	<b>17.176.370</b>	<b>9.246.372</b>

### 13 Outras captações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Outras captações contratadas no estrangeiro	69	-
	<b>69</b>	<b>-</b>

### 14 Outras obrigações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>De natureza social ou estatutária</b>		
Dividendos a pagar	11.157	226.800
<b>De natureza fiscal</b>		
Estimativa de imposto	737.099	555.233
Encargos fiscais a pagar retidos de terceiros	58.584	15.970
<b>De natureza cível</b>		
Receitas com proveitos diferido	36.091	32.477
Sobras de caixa	1.255	1.454
Fornecedores residentes	54.384	38.403
Fornecedores não residentes	7.704	342.145
Operações passivas a regularizar	55.296	39.413
<b>De natureza administrativa e comercial</b>		
Pessoal - salários e outras remunerações	157.258	112.064
	<b>1.118.828</b>	<b>1.363.959</b>

A rubrica Dividendos a liquidar refere-se a dividendos a distribuir aos accionistas, cuja liquidação carece de aprovação junto do BNA.

A rubrica Encargos fiscais a pagar retidos por terceiro diz respeito a encargos fiscais a pagar, no âmbito do processo de retenção na fonte sobre os rendimentos de terceiros.

A rubrica Encargos com pessoal a pagar regista a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar efectuada para o exercício.

## 15 Provisões para responsabilidades prováveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	15.476	-
Provisões para garantias prestadas	39.246	16.304
<b>Provisões para responsabilidades prováveis</b>	<b>54.722</b>	<b>16.304</b>

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários foram constituídas de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/12, de 28 de Março, do BNA, conforme referido na política contabilística 2.2 c).

O movimento nas provisões para responsabilidades prováveis nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Provisões para garantias prestadas</b>		
Saldo a 1 Janeiro	16.304	35.488
Dotações do exercício	34.219	32.073
Reposições do exercício	(11.277)	(51.257)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>39.246</b>	<b>16.304</b>

## 16 Capital social

O Finibanco Angola, S.A. foi constituído por escritura pública outorgada em 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda, com um capital de AOA 1.332.000.000, representado por 1.800.000 de acções nominativas de AOA 740 cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 3 de Maio de 2012, por despacho de Sua Excelência o Senhor Governador do Banco Nacional de Angola, foi autorizado o aumento do capital social do Finibanco, de AOA 1.332.000.000 para AOA 4.182.000.000, sendo o valor do aumento de AOA 2.850.000.000, resultante da realização de novas entradas em dinheiro, através da emissão de 3.851.351 novas acções no valor nominal de AOA 740 cada.

O capital social do Banco é representado por 5.651.351 (2012: 5.651.351) acções nominativas.

Em 19 de Outubro de 2012, realizou-se a escritura de aumento de capital e alteração do pacto social no Finibanco, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral de accionistas, expressa na acta n.º 1/11, datada de 27 de Abril de 2011.

Após esta operação em 2012, o Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. passou a deter cerca de 87,67% do capital social do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:



	2013		2012	
	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias
Montepio Holding, S.G.P.S., SA	4.609.971	81,57%	4.954.280	87,67%
Carlos Maria da Silva Feijó	283.836	5,02%	90.404	1,60%
Mário Abilio Pinheiro Rodrigues Palhares	264.940	4,69%	-	-
João Avelino Augusto Manuel	221.392	3,92%	70.515	1,25%
Iberpartners	135.606	2,40%	135.606	2,40%
Francisco Simão Júnior	90.404	1,60%	90.404	1,60%
Dumilde das Chagas Simões Rangel	45.202	0,80%	45.202	0,80%
José Leitão da Costa e Silva	-	0,00%	92.212	1,63%
Assunção Afonso de Sousa dos Santos dos Anjos	-	0,00%	63.283	1,12%
Ramiro Manuel Barreira	-	0,00%	36.162	0,64%
Viola José Quitembo	-	0,00%	36.162	0,64%
Rui Benvindo dos Santos Caiate	-	0,00%	18.081	0,32%
Francisco José da Cruz	-	0,00%	10.000	0,18%
Maria Custódia Magalhães dos Reis	-	0,00%	9.040	0,16%
	<b>5.651.351</b>	<b>100%</b>	<b>5.651.351</b>	<b>100%</b>

### Resultado e dividendo por acção

Nos exercícios de 2013 e 2012 o resultado por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2013	2012
Resultado do exercício	1.464.665	1.087.286
Número médio de acções em circulação no exercício	5.651.351	5.651.351
Resultado por acção (em Akz)	259,17	192,39
Dividendo por acção distribuído no exercício (em Akz)	54,85	44,59

### Distribuição de resultados

Em 30 de Abril de 2013, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, o Finibanco distribuiu resultados aos accionistas no montante de AOA 310.000.000 (2012: AOA 252.000.000).

## 17 Reservas e fundos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Reserva legal	678.713	461.256
Prémio de emissão	148.000	148.000
Reserva livre	1.866.898	1.307.069
	<b>2.693.611</b>	<b>1.916.325</b>

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

## 18 Extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Responsabilidades de terceiros</b>		
Garantias recebidas	28.627.976	15.545.725
Avales recebidos	9.762.357	8.497.992
<b>Responsabilidades perante terceiros</b>		
Garantias e avales prestados	3.821.038	1.649.412
Créditos documentários	3.160.085	1.320.446
Linhas de crédito irrevogáveis	3.430.490	4.763.173
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		
Mantidos até ao vencimento	2.333.036	1.310.261
<b>Valor de referência - instrumentos financeiros derivados</b>	2.716.179	-
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>	587.928	416.474
<b>Operações cambiais</b>	3.980	795
<b>Valor actual dos créditos transferidos para prejuízos</b>	1.316.918	797.914
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>	163.877	103.018
	55.923.864	34.405.210

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contractos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias prestadas ascendem a AOA 39.246.000 e AOA 16.304.000, respectivamente (nota 16).

**19 Margem financeira**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Proveitos de instrumentos financeiros activos</b>		
<b>De aplicações de liquidez</b>		
Depósitos à ordem em instituições de crédito no país	167.201	153.853
Depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro	531	-
	<u>167.732</u>	<u>153.853</u>
<b>De títulos e valores mobiliários</b>		
Mantidos até ao vencimento no país		
Bilhetes do Tesouro	-	18.484
Títulos do Banco Central	-	122.625
Obrigações do Tesouro	19.502	8.422
Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio	83.880	33.206
Mantidos até ao vencimento no estrangeiro		
Títulos de dívida	17.603	-
	<u>120.985</u>	<u>182.737</u>
<b>De crédito</b>		
Empresas privadas		
Empréstimos	500.942	473.545
Crédito em conta corrente	1.002.445	583.360
Adiantamentos a depositantes	328.984	232.706
Leasing	5.536	-
Particulares		
Habitação	33.313	825
Consumo	114.651	99.385
Outras finalidades	46.773	43.584
Créditos em conta corrente	14.146	20.799
Adiantamentos a depositantes	71.833	114.874
Sector público empresarial		
Empréstimos	117	-
Adiantamentos a depositantes	1	5
Outros sectores		
Empréstimos	35.675	847
Crédito em conta corrente	56.309	6.319
Adiantamentos a depositantes	5.091	543
Crédito vencido	88.894	72.625
	<u>2.304.710</u>	<u>1.649.417</u>
<b>Total dos proveitos</b>	<u>2.593.427</u>	<u>1.986.007</u>
<b>Custos de instrumentos financeiros passivos</b>		
<b>De depósitos</b>		
Depósitos à ordem	262.396	236.518
Depósitos a prazo	658.790	600.580
	<u>921.186</u>	<u>837.098</u>
<b>De aplicações para liquidez</b>		
No país	-	1.977
No estrangeiro	25	2.291
	<u>25</u>	<u>4.268</u>
<b>Outros</b>	500	-
<b>Total dos custos</b>	<u>921.711</u>	<u>841.366</u>
<b>Margem Financeira</b>	<u>1.671.716</u>	<u>1.144.641</u>

A rubrica Proveitos de aplicações de liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente às operações no mercado monetário interfinanceiro.

A rubrica Proveitos de títulos e valores mobiliários diz respeito aos juros de títulos da dívida pública, nomeadamente Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e enquadrados nos Decretos Regulamentares n.º 51/03 e n.º 52/03, de 8 de Julho, gozam da isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos de quaisquer títulos da dívida pública, para efeitos de apuramento da contribuição industrial a pagar (nota 33).

A rubrica Proveitos de crédito reflecte os juros dos contractos de crédito concedidos a clientes.

A rubrica Custos de depósitos reflecte os juros pagos aos clientes sobre os recursos capitalizados no Banco.

A rubrica Custos de captações para liquidez inclui os juros pagos pela utilização de linhas de crédito concedidas por instituições de crédito no país e no estrangeiro, assim como os juros pagos relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

## 20 Resultados de operações cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>AOA '000</b>	<b>AOA '000</b>
<b>Operações cambiais</b>		
Em Dólares dos Estados Unidos	1.331.482	820.904
Em Euros	665.388	409.330
Em Randes	9.019	7.631
Em Libras Esterlinas	315	829
Outras moedas	100	232
<b>Reavaliação cambial</b>		
Em Dólares dos Estados Unidos	(81.400)	(58.888)
Em Euros	122.093	69.048
Em Randes	(2.606)	(3.393)
Em Libras Esterlinas	30	(252)
Outras moedas	1	4
	<b>2.044.422</b>	<b>1.245.445</b>

Os resultados de operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do Banco, bem como o resultado das operações cambiais realizadas.

## 21 Resultados de prestação de serviços financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Proveitos</b>		
Emissão de cheques	3.213	2.944
Devolução de cheques	519	360
Produtos prestígio	-	118
Movimentos ATM	32.856	25.978
Movimentos cartões	4.903	3.339
Movimentos TPA	21.731	12.753
Diversos	-	1.304
<b>Comissões recebidas</b>		
Garantias bancárias	90.020	52.560
Crédito documentário	120.496	60.140
Operações de estrangeiro	501.480	315.925
Compra e venda de moeda estrangeira	128.925	95.350
Conta corrente caucionada	116.390	97.954
Operações de crédito	3.549	81.007
Montagem de operação	188.257	84.954
Cobrança de cheques sobre estrangeiro	8	1
Transferências	5.183	5.642
Angariação de seguros	363	-
Tratamento processual	842	518
	<u>1.218.735</u>	<u>840.847</u>
<b>Comissões pagas</b>		
Movimentos cartões	5.667	4.476
Operações de estrangeiro	121.746	4.695
Serviços bancários	9.958	4.922
Cobrança de valores	247	658
Movimentos TPA	7.406	2.341
	<u>145.024</u>	<u>17.092</u>
<b>Resultado de prestação de serviços financeiros</b>	<u>1.073.711</u>	<u>823.755</u>

## 22 Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Provisões para crédito de liquidação duvidosa</b>		
Dotação do exercício	2.165.450	725.912
Reversão do exercício	(1.122.534)	(324.630)
	<u>1.042.916</u>	<u>401.282</u>
<b>Provisões para prestação de garantias</b>		
Dotação do exercício	34.219	32.073
Reversão do exercício	(11.277)	(51.257)
	<u>22.942</u>	<u>(19.184)</u>
	<u>1.065.858</u>	<u>382.098</u>

**23 Pessoal**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Membros órgão de gestão</b>		
Remuneração	59.818	31.617
Outros subsídios	14.606	52
Subsídio de Natal	8.900	2.113
Subsídio de férias	4.278	3.170
Senhas de presença	790	1.920
	<u>88.392</u>	<u>38.872</u>
<b>Colaboradores</b>		
Remuneração	368.811	285.073
Subsídio de férias	46.200	26.536
Subsídio de Natal	28.318	23.197
Outros subsídios	160.060	109.181
Encargos sociais obrigatórios	28.036	25.439
Encargos sociais facultativos	5.608	2.801
Formação	131	400
Outros encargos		1.569
	<u>637.164</u>	<u>474.196</u>
	<u>725.556</u>	<u>513.068</u>

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de AOA 25.704.000 (2012: AOA 24.255.000), referente às contribuições para o Fundo de Segurança Social.

A rubrica Colaboradores – Outros subsídios inclui a remuneração variável dos colaboradores no montante de AOA 69.721.000 (2012: AOA 39.500.000). Os colaboradores ao serviço do Banco durante os exercícios de 2013 e 2012, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Administrador	4	2
Direcção	8	5
Responsáveis e gerência	24	19
Técnicos	76	22
Administrativos	33	66
Auxiliares	23	12
	<u>168</u>	<u>126</u>

## 24 Fornecimentos de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Fornecimento de terceiros</b>		
Comunicações	88.451	78.366
Água e Energia	20.466	19.690
Transportes, Deslocações e Alojamento	71.574	62.894
Publicações, Publicidade e Propaganda	27.578	6.854
Segurança, Conservação e Reparação	161.378	133.091
Auditoria, Consultoria e Outros Serviços Técnicos Espec.	169.305	171.343
Seguros	22.412	6.938
Alugueres	126.957	131.210
Materiais Diversos	29.193	15.412
Outros	6.425	2.056
	<b>723.739</b>	<b>627.854</b>

## 25 Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
Impostos aduaneiros	2.280	2.151
Imposto de circularização	241	127
Imposto de selo	-	1
Imposto de consumo não residente	15.476	-
	<b>17.997</b>	<b>2.279</b>

## 26 Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	1.092	3.287
	<b>1.092</b>	<b>3.287</b>

## 27 Outros custos administrativos e de comercialização

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Contencioso e notariado	15.599	2.429
Outros	220	477
	<u>15.819</u>	<u>2.906</u>

## 28 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
<b>Imobilizações corpóreas</b>		
<b>Imóveis de uso</b>		
Terrenos	-	-
Edifícios	27.310	4.015
Grandes reparações	7.978	7.392
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e material	7.249	3.181
Máquinas e ferramentas	1.375	1.145
Equipamento informático	28.961	23.190
Instalações interiores	6.581	5.214
Material de transporte	22.170	15.879
Equipamento de segurança	3.251	2.895
<b>Outras imobilizações corpóreas</b>	1.566	1.566
	<u>106.441</u>	<u>64.477</u>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>		
Sistema de tratamento automático de dados - Software	32.140	27.361
Gastos de organização e expansão	30.261	18.924
Benfeitorias em imóveis terceiros	19.781	19.614
Outras imobilizações incorpóreas	228	147
	<u>82.410</u>	<u>66.046</u>
	<u>188.851</u>	<u>130.523</u>

## 29 Recuperação de custos

O valor desta rubrica é composto por:

	2013 AOA '000	2012 AOA '000
Reembolso de despesas	158.902	107.453
Indemnizações	5.825	4.501
	<u>164.727</u>	<u>111.954</u>



### 30 Provisões para outros valores e responsabilidades prováveis

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Provisões para outros valores e responsabilidades prováveis</b>		
Dotação do exercício	61.415	-
Reversão do exercício	-	-
	<u>61.415</u>	<u>-</u>

A dotação do exercício diz respeito às provisões específicas referentes aos bens não de uso próprio, conforme nota 8.

### 31 Outros proveitos e custos operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
Despesas de representação	19.645	23.680
Quotizações	8.062	3.021
Fraudes	277	-
Outros	(6.857)	5.657
	<u>21.127</u>	<u>32.358</u>

### 32 Resultado não operacional

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2013</b> <b>AOA '000</b>	<b>2012</b> <b>AOA '000</b>
<b>Resultado de alienação de imobilizado</b>	1.043	-
<b>Outros ganhos e perdas não operacionais</b>		
Perdas relativas a exercícios anteriores	(11.354)	(9.741)
Ganhos relativos a exercícios	78.953	20.838
	<u>68.642</u>	<u>11.097</u>

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Ganhos relativos a exercícios anteriores refere-se ao recebimento de juros de crédito e juros de mora.

Durante o exercício de 2013 verificou-se uma venda de imobilizado corpóreo, nomeadamente, material de transporte que gerou um resultado positivo de AOA 1.043.000.

### 33 Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2012 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei n.º 18 / 92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5 / 99, de 6 de Agosto (nota 2.2 I).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o resultado do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	<b>2013</b> AOA '000	<b>2012</b> AOA '000
<b>Resultados antes de impostos</b>	2.201.764	1.642.519
<b>Encargos sobre resultado corrente</b>	737.099	555.233
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<u>1.464.665</u>	<u>1.087.286</u>
<b>Carga fiscal</b>	33,48%	33,80%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não foram registados activos ou passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2013 e 2012, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	<b>2013</b>		<b>2012</b>	
	<b>Taxa de Imposto</b>	<b>Valor AOA '000</b>	<b>Taxa de Imposto</b>	<b>Valor AOA '000</b>
Resultado antes de imposto		2.201.764		1.642.519
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	35%	770.617	35%	574.881
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-1,64%	(36.184)	-1,28%	(21.039)
Despesas de representação não justificadas	0,11%	2.508	0,08%	1.392
Multas e demais encargos	0,01%	156	0,00%	-
	<u>33,48%</u>	<u>1.464.665</u>	<u>33,80%</u>	<u>1.087.286</u>

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares n.º 51/03 e n.º 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as Demonstrações Financeiras anexas.

## 34 Transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013 as entidades accionistas e participadas são as seguintes:

### Accionistas

Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.  
Iberpartners - Gestão e Reestruturação de Empresas - S.A.  
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares  
Carlos Maria da Silva Feijó  
Francisco Simão Junior  
João Avelino Augusto Manuel  
Dumilde das Chagas Simões Rangel

### Conselho de Administração

António Tomás Correia  
António Francisco de Araújo Pontes  
Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva  
Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida  
Ana Lúcia Louro Palhares  
João Carlos Martins da Cunha Neves  
António Fernandes Santana

### Empresas do Grupo Montepio

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)  
Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.  
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.  
Finibanco Angola, S.A.  
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.  
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto  
Fundo Carteira Imobiliária - FEIIA  
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro  
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.  
Leacock, Lda.  
Lestinvest, SGPS, S.A.  
MG Investimentos Imobiliários, S.A.  
Montepio Arrendamento - FIIAH  
Montepio Arrendamento II - FIIAH  
Montepio Arrendamento III - FIIAH  
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.  
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.  
Montepio Investimento, S.A.

Montepio Mediação-Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.  
Montepio Recuperação de Crédito, ACE  
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.  
Montepio Valor - S.G.F.I., S.A.  
N Seguros, S.A.  
NEBRA, Energias Renovables, SL  
Nova Câmbios, S.A.  
Nutre, S.G.P.S., S.A.  
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Portugal Estates Fund (PEF) - FIIF  
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.  
Sagies, S.A.  
Silvip, S.A.  
Sociedade Portuguesa de Administrações  
Montepio Gestão de Activos, S.G.F.I., S.A.  
Montepio Geral - Associação Mutualista  
Caixa Económica Montepio Geral  
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.  
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.  
Fundação Montepio Geral

### Sociedades em que os accionistas exercem influência significativa

Banco de Negócios Internacional, S.A.  
Geminas  
Grupo Gema  
Medabil Angola  
Himoinsa Angola  
Porto Seco da Mulemba  
Vauco Automóveis e Equipamentos  
Novacal  
Shafaris  
Chamavo e Companhia  
Consar Gestão de Empreendimentos e Serviços  
Cominder Comércio e Industria  
Gelcon Holding Company  
Bifashion  
Gesimet Industria Siderurgica de Angola SA  
Fundação Mucusso

### Parentes próximos dos accionistas e membros do Conselho de Administração

Dionizia Gonçalves da Costa Simão  
Joaquim Patricio da Costa Simão  
Osvaldo de Brito Simão  
Constancia Inacio de Almeida Rangel  
Claudio da Costa Simao

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos e transacções mantidos com accionistas, participadas e outras entidades relacionadas, são os seguintes:

	<b>2013</b>			
	Accionistas AOA '000	Membros do Conselho de Administração AOA '000	Partes próximas de accionistas e de membros do Conselho de Administração AOA '000	Sociedades onde accionistas, membros do Conselho de Administração e parentes próximos têm influência significativa AOA '000
<b>Activo</b>				
Crédito	1.044.311	-	1.672	172.762
Outros valores	-	-	-	2.112.953
<b>Total do Activo</b>	<u>1.044.311</u>	<u>-</u>	<u>1.672</u>	<u>2.285.715</u>
<b>Passivo</b>				
Depósitos	24.983	16.507	181	4.668.575
Outras Obrigações	-	-	-	5.375
<b>Total do Passivo</b>	<u>24.983</u>	<u>16.507</u>	<u>181</u>	<u>4.673.950</u>
<b>Activo Líquido</b>	<u><u>1.019.328</u></u>	<u><u>(16.507)</u></u>	<u><u>1.491</u></u>	<u><u>-2.388.235</u></u>
<b>Resultados</b>				
Custos	6.719	-	-	212.176
Proveitos	55.253	-	232	463.143
<b>Net</b>	<u><u>61.972</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>232</u></u>	<u><u>675.319</u></u>
<b>Responsabilidades extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas	-	-	3.300	184.919

	<b>2012</b>			
	Accionistas AOA '000	Membros do Conselho de Administração AOA '000	Partes próximas de accionistas e de membros do Conselho de Administração AOA '000	Sociedades onde accionistas, membros do Conselho de Administração e parentes próximos têm influência significativa AOA '000
<b>Activo</b>				
Crédito	252.903	-	78.133	360.595
Outros valores	-	-	-	2.590.773
<b>Total do Activo</b>	<u>252.903</u>	<u>-</u>	<u>78.133</u>	<u>2.951.368</u>
<b>Passivo</b>				
Depósitos	125.011	5.573	1.201	135.369
Outras Obrigações	-	-	-	341.172
<b>Total do Passivo</b>	<u>125.011</u>	<u>5.573</u>	<u>1.201</u>	<u>476.541</u>
<b>Activo Líquido</b>	<u><u>127.892</u></u>	<u><u>(5.573)</u></u>	<u><u>76.932</u></u>	<u><u>2.474.827</u></u>
<b>Resultados</b>				
Custos	1.445	-	-	96.720
Proveitos	40.600	100	13.460	313.113
<b>Net</b>	<u><u>42.045</u></u>	<u><u>100</u></u>	<u><u>13.460</u></u>	<u><u>409.833</u></u>
<b>Responsabilidades extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas	46.137		1.800	465.956

### 35 Balanço por moedas

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2013 é apresentada conforme segue:

	2013						
	Dólares dos		Libras				Total
	Kwanzas	Estatos Unidos	Euros	Esterlinas	Randes	Outros	
AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	
<b>Activo</b>							
Disponibilidades	6.406.582	4.814.641	632.365	95	2.026	1.234	11.856.943
Aplicações de Liquidez	11.650.802	-	-	-	-	-	11.650.802
Títulos e valores mobiliários	2.334.187	-	-	-	-	-	2.334.187
Créditos no sistema de pagamentos	27.626	818.595	335.968	-	3.257	-	1.185.446
Créditos	13.257.632	3.733.177	4.717.211	-	-	-	21.708.020
Outros valores	666.280	55.921	32.868	687	-	-	755.756
Imobilizações	5.111.739	-	-	-	-	-	5.111.739
<b>Total do Activo</b>	<b>39.454.848</b>	<b>9.422.334</b>	<b>5.718.412</b>	<b>782</b>	<b>5.283</b>	<b>1.234</b>	<b>54.602.893</b>
<b>Passivo</b>							
Depósitos	26.868.395	9.598.776	6.028.891	735	178	10	42.496.985
Instrumentos financeiros derivados	-	-	597	-	-	-	597
Obrigações no sist. de pagamentos	1.059.865	1.306.595	223.607	-	1.946	-	2.592.013
Outras captações	-	-	-	-	-	69	69
Outras obrigações	1.104.361	6.957	6.913	-	-	-	1.118.231
Provisões para respon. prováveis	54.722	-	-	-	-	-	54.722
<b>Total do Passivo</b>	<b>29.087.343</b>	<b>10.912.328</b>	<b>6.260.008</b>	<b>735</b>	<b>2.124</b>	<b>79</b>	<b>46.262.617</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>10.367.505</b>	<b>(1.489.994)</b>	<b>(541.596)</b>	<b>47</b>	<b>3.159</b>	<b>1.155</b>	<b>8.340.276</b>
<b>Total do Passivo + Capital Próprio</b>	<b>39.454.848</b>	<b>9.422.334</b>	<b>5.718.412</b>	<b>782</b>	<b>5.283</b>	<b>1.234</b>	<b>54.602.893</b>

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2012 é apresentada conforme segue:

	2012						
	Dólares dos		Libras				Total
	Kwanzas	Estatos Unidos	Euros	Esterlinas	Randes	Outros	
AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	AOA '000	
<b>Activo</b>							
Disponibilidades	5.483.325	3.527.903	849.882	317	1.338	924	9.863.689
Aplicações de Liquidez	5.000.847	-	-	-	-	-	5.000.847
Títulos e valores mobiliários	1.311.412	-	-	-	-	-	1.311.412
Créditos no sistema de pagamentos	2.336	309.667	-	177	-	6	312.186
Créditos	8.057.305	1.955.078	-	-	-	-	10.012.383
Outros valores	650.277	71.049	11.993	342	-	-	733.661
Imobilizações	1.464.285	-	-	-	-	-	1.464.285
<b>Total do Activo</b>	<b>21.969.787</b>	<b>5.863.697</b>	<b>861.875</b>	<b>836</b>	<b>1.338</b>	<b>930</b>	<b>28.698.463</b>
<b>Passivo</b>							
Depósitos	12.784.848	6.313.952	246.095	252	215	-	19.345.362
Obrigações no sist. de pagamentos	549.725	227.404	10.098	-	-	-	787.227
Outras obrigações	1.007.843	9.580	346.536	-	-	-	1.363.959
Provisões para respon. prováveis	16.304	-	-	-	-	-	16.304
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.358.720</b>	<b>6.550.936</b>	<b>602.729</b>	<b>252</b>	<b>215</b>	<b>-</b>	<b>21.512.852</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>7.611.067</b>	<b>(687.239)</b>	<b>259.146</b>	<b>584</b>	<b>1.123</b>	<b>930</b>	<b>7.185.611</b>
<b>Total do Passivo + Capital Próprio</b>	<b>21.969.787</b>	<b>5.863.697</b>	<b>861.875</b>	<b>836</b>	<b>1.338</b>	<b>930</b>	<b>28.698.463</b>

### 36 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

**37      Eventos subsequentes**

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2013, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações no anexo às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

## Relatório do Auditor Independente



**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**  
Rua do Assalto ao Quartel de Moncada, nº15 - 2º  
Luanda - Angola

Telefone: +244 227 28 01 01  
Fax: +244 227 28 01 19

### Relatório do Auditor Independente

**Aos Accionistas do  
Finibanco Angola, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Finibanco Angola, S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 54.602.893 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 8.340.276 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 1.464.665 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

#### **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

#### **Responsabilidade do Auditor**

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco Angola, S.A., em 31 de Dezembro de 2013 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Luanda, 2 de Abril de 2014

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'KPMG' or a similar stylized name.

**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**



## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

### *Finibanco, Angola S.A.*

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Accionistas,

- 1 – Dando cumprimento ao mandato que V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup>. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, bem como os Estatutos do **Finibanco Angola S.A.**, vimos submeter à apreciação de V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup>., o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2 - O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos julgados pertinentes, tendo em função disso, concluído que as mesmas foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites e normas estabelecidas para o sector.
- 3 – A actividade do Banco, no decorrer do exercício económico em análise, continuou a caracterizar-se por uma estratégia de consolidação da sua estrutura hierárquica e funcional e no desenvolvimento da sua actividade comercial, tendo como pontos de relevante importância a continuidade dos investimentos com vista à conclusão do Edifício Sede e abertura de Agências, sustentando as acções que visam os objectivos já almejados e previstos.
- 4 – Suportado na opinião e parecer dos auditores independentes que referem estarem as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados para os diversos elementos patrimoniais em conformidade com os requisitos legais estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola, merecem a concordância do Conselho Fiscal, pelo que as Contas que são presentes aos Exm<sup>os</sup>. Senhores Accionistas, reflectem os registos contabilísticos expressos nos respectivos balancetes e demais elementos que compõem as Demonstrações Financeiras.
- 5 – Face ao referido no ponto anterior, a situação económica e financeira pode ser resumida do seguinte modo:
  - a) - A Demonstração de Resultados apresenta um Lucro Líquido em milhares em AKZ no valor de 1.464.665, decorrente de Proveitos Operacionais e não Operacionais no valor de milhares de AKZ 4.714.344, e de Custos Operacionais



e Não Operacionais no valor de milhares AKZ 2.512.580, respectivamente e encargos sobre o resultado corrente no valor de milhares de AKZ 737.099,.

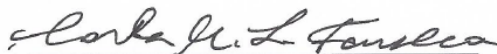
b) - O balanço apresenta um total do Activo em milhares de AKZ 54.602.893, um total do Passivo de milhares de AKZ 46.262.617, e o Capital e Fundos Próprios no valor de milhares de AKZ 8.340.276, que inclui os resultados líquidos transitados e do exercício.

6 – Assim, com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira e patrimonial do **Finibanco Angola S.A.**, naquela data, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, 3 de Abril de 2014.



Pedro Cláver da Costa Furtado  
(Presidente)



Carla Maria Lobo da Fonseca  
(Vogal)



Dina Maria Leote de Oliveira  
(Vogal)

## **Anexos**

### **Contactos Finibanco – Rede de Canais de Distribuição**

#### **Província de Luanda**

##### **Agência da Marginal (Sede)**

Travessa Engrácia Fragoso, Nº 24 r/c, Município de Ingombota, Luanda - Angola  
Geral: +244 222 636 000 Contacto Gerente: Mauro Lima (+244 923 505 540)

##### **Centro de Empresas de Luanda**

Travessa Engrácia Fragoso 24 r/c, Município de Ingombota, Luanda - Angola  
Geral: +244 222 636 000, Director Comercial Empresas: Rui Teixeira (+244 222 636 026 / +244 923 284 103)

##### **Agência HCTA**

Hotel de Convenções do Talatona, Loja Nº3, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Maria Larissa (+244 926 060 954)

##### **Agência de S. Paulo**

Rua N'gola Kiluange, Nº 443/444, Município de Sambizanga, Luanda - Angola  
Geral: +244 222 387 811, Contacto Gerente: Jurema Simão (+244 921 885 991 / +244 923 617 371)

##### **Agência Comandante Valódia**

Av. Comandante Valódia, nº 149, Município do Sambizanga, Luanda - Angola  
Geral: +244 222 442 780, Contacto Gerente: Miriam Silva (+244 929 101 916)

##### **Agência do Morro Bento**

Avenida 21 Janeiro, Município de Samba, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Armindia Francisco (+244 923 321 711)

##### **Agência da Mulemba**

Estrada do Cacuaco, Km 4, Petrangol, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Luyana Júnior (+244 937 285 944)

##### **Agência do Bom Jesus**

Estrada de Catete, Km 38, Município de Viana, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Manuel Catumba (+244 931 643 830)

##### **Agência da Estalagem Km9**

Estrada de Viana – Estalagem, Município de Viana, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Hugo Domingos (+244) 923 682 550 / 948 395 487)

##### **Agência de Viana**

Avenida Comandante Valódia, Município de Viana, Luanda - Angola  
Geral: +244 222 636 080, Contacto Gerente: Eduardo Pacavira (+244 926 400 895)

##### **Agência da Camama**

Estrada da Camama (junto ao Grupo JLCP), Município de Viana, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Mariana Pitra (+244 924 244 415)

### **Província do Huambo**

Agência do Huambo  
Avenida da Independência Ex 5 de Outubro, Huambo  
Geral: +244 241 223 910, Contacto Gerente: Jucas dos Santos (+244 928 610 348)

### **Província de Benguela**

Agência de Benguela  
Avenida 10 de Fevereiro, Benguela - Angola  
Contacto Sub Gerente: Felipe Lima (+244 272 231 485), Director Regional: Frederico Marques (+244 947 388 751)

Centro de Empresas de Benguela  
Avenida 10 de Fevereiro, Benguela - Angola  
Contacto Geral: +244 +272 231 485, Director Regional: Frederico Marques (+244 947 388 751)

Agência do Lobito  
Rua 28 Maio (junto ao Mercado Municipal), Município de Lobito  
Contacto Gerente: Osvaldo Loureiro (+244 923 522 394)

### **A abrir em 2014**

Agência Epic Sana  
Hotel Epic Sana, Rua da Missão, Luanda - Angola  
Contacto Gerente: Maria da Luz Medina Pereira Moniz (+244 928 222 261)

Agência Dolce Vita  
Condomínio Dolce Vita Via S/8, Avenida Talatona, Luanda Sul  
Contacto Gerente: Liliana Lourenço (+244 948 215 136)

Centro de Empresas Major Kanhangulo  
Rua Major Kanhangulo, Município de Ingombota, Luanda – Angola

Agência Lubango Centro  
Rua Patrice Lumumba, Bairro Helder Neto, Lubango, Huíla

Agência Lubango Tchioco  
Bairro do Tchioco - Zona Industrial II, Lubango, Huíla

Centro de Empresas Lubango  
Rua Patrice Lumumba, Bairro Helder Neto, Lubango, Huíla

Agência TPA  
Instalações dos novos estúdios da TPA, Camama, Luanda

Agência Cabinda  
Rua do Comercio, Bairro Deolinda Rodrigues, Cabinda

Centro de Empresas Cabinda  
Rua do Comercio, Bairro Deolinda Rodrigues, Cabinda